



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

Minuta elaborada pela comissão instituída
pela portaria Nº 2960, de 13 de outubro de
2017.

BELÉM, PARÁ
FEVEREIRO, 2018

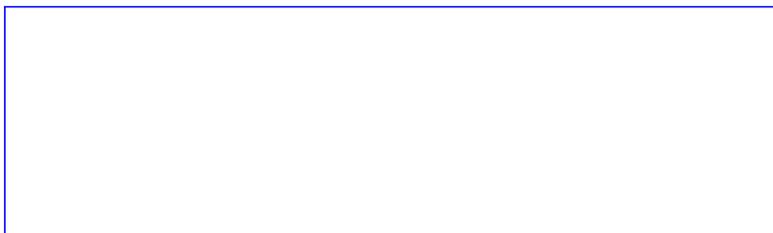
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA Av. Tancredo Neves, 2501

Caixa Postal, 917

CEP 66.077-530 Belém – Pará – Brasil

Fone (91) 99203-9281 <http://www.ufra.edu.br>

Catálogo – na - fonte



DIRIGENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

REITORIA

REITOR: Marcel do Nascimento Botelho.

VICE-REITOR: Janae Gonçalves

PRÓ-REITORIAS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN): Dra. Ruth Helena Falesi Palha de Moraes Bittencourt

PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE ENSINO: Dra. Ana Sílvia Sardinha Ribeiro

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA (PROPED): Dra. Maria de Nazaré Martins Maciel

PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE PESQUISA: Dr. Cândido Ferreira de Oliveira Neto

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX): Dr. Eduardo do Valle Lima

PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE EXTENSÃO: Msc. Jonas Elias Castro da Rocha

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROAES): Dra. Iris Lettiere Rezende

PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS: Msc. Antônio José Figueiredo Moreira

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PROPLADI): Dra. Silvana Rossy de Brito

PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:
Esp. José Raimundo Viana

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (PROAF): Msc. Marcelo Robson Silva Vilela

PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: Msc. Kleyton Arthur Sousa de Lisboa

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP): Esp. Saulo Luis Pereira Wanzeler

PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS: Dr. Aloysio Antônio Castelo Guapindaia

INSTITUTOS

Instituto Ciberespacial (ICIBE): Prof. Dr. Pedro Silvestre da Silva Campos.

Instituto de Ciências Agrárias (ICA): Prof. Dr. Manuel Euclídes do Nascimento.

Instituto Social e Recursos Hídricos (ISARH): Prof. Dr. Paulo Jorge de Oliveira Ponte de Souza.

Instituto da Saúde e Produção Animal (ISPA): Prof. Dr. Cristian Faturi.

COMISSÃO ELABORADORA DE ACORDO COM A Nº 2960, de 13 de outubro de 2017.

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo – Presidente

Aurecílio da Silva Guedes

Eduardo do Valle Lima

Iris Lettiere Rezende

Liliane Afonso de Oliveira

Maria de Nazaré Martins Maciel

Marílio Salgado Nogueira

Ocimar Marcelo Santos da Paixão

Ruth Helena Falesi Palha de Moraes Bittencourt

COLABORADORES:

Aleksandra do Socorro da Silva

Aline Medeiros Lima

Ana Sílvia Sardinha Ribeiro

Cleide Lúcia Gaspar da Assunção

Djanira Oliveira Leal

Eliza Sena Silva

Emilce Nascimento Pacheco

Geiva Celeste Lobato Picanço

Heden Clayzo Dias Gonçalves

Iris Lettiere Rezende.

Marcelo Sptizner

Maria Cristina Manno

Tatianne Feitosa Soares

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	007
INTRODUÇÃO	008
1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	010
2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	013
2.1. Missão Institucional.....	014
2.2. A visão de futuro.....	014
2.3. Os valores da UFRA.....	014
3. MISSÃO DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO	015
3.1. Divisão de Apoio Pedagógico.....	015
4. INSERÇÃO REGIONAL DA UFRA	015
5. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO	019
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	028
7. EXECUÇÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS E DAS DISCIPLINAS	029
7.1 A Inovação no ensino de Graduação.....	030
8 ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES	030
9 COORDENAÇÕES DE CURSO	031
9.1. Papel do coordenador do curso.....	031
9.2. Colegiado do curso.....	032
9.3. Núcleo Docente Estruturante.....	033
10 POLÍTICAS DE ENSINO	034
10.1. Políticas de ensino de graduação.....	034
10.2. Políticas de Ensino voltadas às Licenciaturas e interação com a Educação básica.....	037
10.3. Políticas de Ensino a distancia.....	040
10.3.1 Diretrizes.....	041
10.3.2. Concepção de Educação a Distância.....	041
10.3.3. Organização do Processo de Ensino-Aprendizagem: O Modelo Pedagógico do NEAD/UFRA.....	043
10.4. Políticas de Avaliação na Graduação.....	044
10.4.1. Avaliação acadêmica dos discentes.....	044
10.4.2. Avaliação de desempenho docente.....	045
10.4.3. Avaliação das coordenadorias de curso.....	047
10.4.4. Avaliação do PPC pelo NDE.....	047
10.5. Políticas de Gestão do Ensino.....	048
10.6. O Projeto Pedagógico de Curso de Graduação – PPC.....	049
11 POLÍTICAS DE PESQUISA	051
11.1. Política de ensino de Pós-Graduação.....	053
11.2. Políticas de ensino de pós-graduação e pesquisa voltadas às licenciaturas e interação com a educação básica.....	053
11.3. Políticas de Avaliação na Pós-Graduação.....	054
12. POLÍTICAS DE EXTENSÃO	054
12.1. Diretrizes.....	055
12.2. Ações de extensão universitária.....	056
12.3. Curricularização da extensão.....	056
12.4. Proposição de forma de curricularização da extensão e registro.....	057
12.5. Avaliação da extensão universitária.....	057
13. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	058
14. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFRA	060
14.1. Política de Sustentabilidade.....	061
14.2. Política de Internacionalização.....	061
14.3. Política Étnico Racial.....	061
14.4. Política de Educação do Campo.....	062
14.5. Política de Educação Inclusiva.....	063
REFERÊNCIAS	064
ANEXOS	066
MANUAL DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS	067
MINUTA DE ELABORAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE PPC's	083

A lei suprema do universo, que permitiu que todos nós chegássemos até aqui, é a da cooperação de todos para com todos. É a da solidariedade cósmica, porque tudo tem a ver com tudo, em todos os pontos, em todos os momentos, em todas as circunstâncias, numa rede de inter-retro-dependências de todos com todos, não permitindo que ninguém seja excluído. Cada um sendo cúmplice e responsável pela vida do outro.

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas desta Instituição de Ensino Superior (IES), tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.

O presente PPI é resultado de um trabalho integrado constituído a partir de colegiado composto por representantes das redes de educação básica, dos programas de formação de professores, dos cursos de bacharelado e licenciaturas em suas diferentes áreas, da extensão e da pós-graduação e contribuem significativamente para a construção de uma Amazônia autossustentável, que respeita a diversidade ambiental, produtiva, energética e, sobretudo, a sociocultural e, que considera o conhecimento na relação com aspectos multiculturais, visando promover a articulação entre todos os cursos desta IES, dos programas e dos projetos, a aplicação de recursos e a concessão das bolsas de acordo com os regulamentos de outras instituições de fomento.

Dessa forma, em sua fundamentação, este PPI expressa uma visão de mundo globalizado e do papel da educação superior em face da nova conjuntura moderna e tecnológica, ao mesmo tempo em que explicita, de modo abrangente, o papel dessa IES e sua contribuição política e social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional desta Universidade.

Os cursos desenvolvidos pela UFRA deverão ter o seu Projeto Pedagógico de Curso com identidade própria estruturado com base nas principais disposições legais que norteiam a constituição em consonância com as diretrizes curriculares estabelecidas, de acordo com o Regimento Geral da UFRA, que contém as disposições básicas que nortearão a vida institucional da UFRA e disciplinas que possam permitir a possível integração e articulação entre os conteúdos e as áreas do conhecimento, integrando a pesquisa e a extensão, estudos independentes com estímulo ao desenvolvimento de habilidades e competências sendo assegurada a flexibilidade na organização dos cursos e carreiras considerando a boa formação na graduação como etapa inicial da formação que deverá ser continuada pelo egresso.

Ruth Helena Falesi Palha de Moraes Bittencourt

PRÓ-REITORA DE ENSINO

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) é uma instituição de Ensino Superior, que passou ao longo dos anos por profundas transformações, adquiriu o status de universidade com a promulgação da Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002, em substituição à Faculdade de Ciências Agrárias do Pará FCAP, sucessora da Escola de Agronomia da Amazônia, criada em 1951. O *Campus Sede* é instalado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, local onde a instituição iniciou.

Dentre as mudanças na UFRA, duas alteraram significativamente a estrutura da universidade: deixou de ser especializada na área de Ciências Agrárias, tornando-se multiáreas e também, sua expansão para o interior do estado do Pará, tornando-se *multicampi*. Estas novas estruturas, ampliaram o papel social da instituição frente ao compromisso de ajudar a desenvolver o estado do Pará e conseqüentemente a Amazônia.

Nessa linha evolutiva, a UFRA saiu do quadro de 5 cursos ofertados, à época da transformação de FCAP para Ufra, para 37 cursos de graduação, distribuídos em 6 *Campi*, com posicionamentos estratégicos no estado, para atender a demanda de vários municípios no entorno. Criando capital humano e social em vários municípios do Estado do Pará.

As perspectivas de mudança não param somente no que alcançamos até o momento. Conforme o Plano de Desenvolvimento da Ufra 2014-2024, em 2024, a Ufra terá 126 cursos de Graduação e 36 cursos de pós-graduação, 1.676 professores, 28.796 alunos de graduação, 1.225 alunos de pós-graduação e 636 técnico-administrativos, distribuídos em sete *Campi*. Contemplando também os núcleos universitários, com o objetivo de atender demandas específicas dos municípios, formando uma ou mais turmas. Uma prestação de serviços da Ufra, para atender grupos sociais excluídos do Ensino Superior, que se encontram sem condições concretas para completarem os estudos caso a universidade não invista nessa demanda.

Todas as mudanças estão assentadas na perspectiva de cumprir a missão institucional da UFRA de “Formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. Desafio enorme para uma universidade sediada em uma Região/Estado com dimensões continentais, mas ao longo dos anos temos acompanhado a evolução desta pequena universidade em tamanho, porém, grandiosa em alcance de seus objetivos e vontade de trabalhar com qualidade para melhor atender as demandas do nosso estado, tão carente em diversas áreas. Conforme destacado no Planejamento Estratégico Institucional (PLAIN) da Universidade (2014, p. 14):

É uma Universidade reconhecida na região Norte, no Brasil e no exterior, pela sua trajetória de formação de recursos humanos, produção de pesquisas e difusão de

conhecimentos. É considerada uma referência no ensino de ciências agrárias da Amazônia. Conseguiu, ao longo de sua história recente, a inserção no mercado de trabalho de 71% dos egressos entre 2002 e 2012, sendo que 7% estão trabalhando como empreendedores e consultores e 22% estão a procura de emprego.

Partindo dessa constatação, observamos que a UFRA tem se consolidado em outras áreas de conhecimento ultrapassando o antigo cenário, de formadora apenas na área de Ciências Agrárias, conquistando novos espaços no campo educacional amazônico como a inserção de Licenciaturas, comprovados por meio de premiações, aprovações de projetos e grandes programas na área educacional, a exemplo o Programa de Formação de Professores para a Educação Básica (PARFOR), programa instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES, .

O capital humano da Universidade Federal Rural da Amazônia propicia positivamente todas essas transformações que tem ocorrido ao longo dos anos e as do porvir. O quadro de servidores docentes da Ufra conta com 98% de mestres e doutores, sendo 55% doutores. E, um percentual elevado já adentrou ou está prestes a concluir o doutoramento, resultando assim em qualificação técnica elevada, para compartilhar conhecimento.

Para alcançar todos os objetivos e metas, a UFRA não tem investido apenas no caráter técnico de suas ações, mas também no seu sustentáculo voltado para as questões pedagógicas, para o crescimento no âmbito das relações sociais, políticas, de inovação e criatividade. A Universidade deve gerir sua política educacional, voltada para a equidade, inclusão, formação de professores, valorização do magistério e de suas licenciaturas, gerar mais tecnologia com qualidade e acessível a todos e utilizar as já existentes da melhor forma. Além de formar excelentes profissionais para o mercado, preocupar-se em formar cidadãos para cumprir seu papel social e político na sociedade, que vive crises de valores, éticos, morais, políticos e afetivos.

Portanto, a reflexão para construção do Projeto Pedagógico Institucional da UFRA, que não é apenas um instrumento burocrático para cumprimento das exigências normativas, e sim um manual direcionador das reflexões e ações a respeito da Universidade que queremos. Deste modo, apresenta-se nesse documento, as premissas que deverão orientar as políticas curriculares, que serão consolidadas nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pela UFRA, as ações de Programas e projetos educativos e as formulações de normas e discussões.

1.HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), como sucessora da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), é a mais antiga Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região e tem como grande preocupação a preservação da Região Amazônica, assim como sua exploração racional. A Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP foi criada em 1951 como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), quando oferecia apenas o Curso de Graduação em Agronomia. A EAA foi criada para funcionar anexa ao Instituto Agrônomo do Norte, criado em 1939, em cujas instalações deveriam coexistir, utilizando equipamentos e outros meios daquela instituição de pesquisa e incluindo as atividades de magistério da escola recém criada como nova atribuição do pessoal técnico do IAN.

O Conselho Federal de Educação, mediante Parecer nº 802/71 de 09/11/71, aprovou o funcionamento do Curso de Engenharia Florestal, na Escola de Agronomia da Amazônia, o qual foi autorizado a funcionar pelo Decreto Presidencial nº69.786, de 14/12/71. Em 8 de março de 1972, pelo Decreto nº 70.268, passou a denominar-se FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ–FCAP, Estabelecimento Federal de Ensino Superior, constituindo-se unidade isolada, diretamente subordinada ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação. Posteriormente, através do Decreto nº 70.686, de 07/06/72, foi transformada em autarquia de regime especial, com mesmo regime jurídico das Universidades, e, portanto, com autonomia didática, disciplinar, financeira e administrativa. Em 16 de março de 1973, o Conselho Federal de Educação aprovou parecer ao projeto de criação do curso de Medicina Veterinária na FCAP, o qual foi autorizado a funcionar através do Decreto nº 72.217 de 11/5/73. No ano de 1999 foi autorizada a criação do curso de Graduação em Engenharia de Pesca com 30 vagas anuais, pela portaria MEC nº1135 de 20/07/1999 e reconhecido em 2005 pela Portaria MEC nº 3.098 de 09/09/2005. No ano de 2000 foi autorizada a criação do curso de Zootecnia com 30 vagas anuais, pela Portaria MEC nº 854 de 21/06/2000 e reconhecido posteriormente pela Portaria MEC nº 3.101 de 09/09/2005. Estes foram os primeiros 5 cursos de graduação da Ufra.

A fase da Pós Graduação iniciou-se em 1976 quando foi implantado o primeiro curso regular de Pós Graduação "Lato Sensu", tendo formado em 17 cursos de especialização em Heveicultura, um total de 425 especialistas. Em 1984, iniciou-se o Mestrado em Agropecuária Tropical e Recursos Hídricos, área de concentração em Manejo de Solos Tropicais, recomendado pela CAPES, o qual foi reestruturado em 1994, criando-se o Programa de Pós-graduação em Agronomia com duas áreas de concentração – Solos e Nutrição Mineral de Plantas e Biologia Vegetal Tropical – e o Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais, com área de concentração em Silvicultura e Manejo Florestal. Em março de 2001, numa parceria com a Embrapa Amazônia Oriental, iniciou o Curso de Doutorado

em Ciências Agrárias com área de concentração em Sistemas Agroflorestais, recomendado pela CAPES em 2000. Em 2001, a CAPES aprovou a criação do curso de Mestrado em Botânica, em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), cuja primeira turma foi selecionada em fevereiro de 2002. Ao longo desse período, a FCAP ampliou fortemente sua interação com outras instituições como o MPEG, a UFPA, o CNPq, a UEPA e o CEFET-PA.

De 1972 até 1997 a FCAP ofereceu 200 vagas nos concursos vestibulares anuais, sendo 100 para o curso de Agronomia, 50 para Engenharia Florestal e 50 para Medicina Veterinária. O total de vagas foi ampliado em 50% no vestibular de 1998, seguindo a política do MEC, que, em 1994, passara a alocar recursos de custeio e capital (OCC) para as IFES com base no número de alunos matriculados, no número de professores e desempenho acadêmico.

Em seus 50 anos de existência, essa instituição, a despeito de ter prestado relevantes serviços à região amazônica, destacando-se em especial a formação de milhares de profissionais de Ciências Agrárias, incluindo estrangeiros de mais de 15 países, precisava crescer para continuar sobrevivendo. A trajetória do ensino superior em Ciências Agrárias neste tempo transcorrido estimulou a comunidade universitária a apresentar à sociedade uma proposta de transformação da FCAP em UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia). O pedido de transformação foi sancionado pelo Presidente da República através da Lei 10.611, de 23 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 24/12/2002. Dessa forma, a UFRA avançou em suas conquistas durante seu processo de transformação de tal maneira, que tem hoje, em cumprimento ao que exige a legislação, ESTATUTO, REGIMENTO GERAL, PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL, PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PLANO ESTRATÉGICO, concebidos a partir de processos democráticos e participativos, registrando na história desta universidade, um modo cidadão de governar. A UFRA é uma das poucas Universidades do Brasil que possui nos conselhos deliberativos da mesma um formato paritário de representatividade. Ou seja, todos os membros da comunidade universitária (técnicos administrativos, docentes e discentes) possuem voz nos conselhos, por meio dos seus representantes.

A UFRA é constituída de quatro Institutos Temáticos, que são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão e tem caráter inter, multi e transdisciplinar em áreas do conhecimento. São eles: a) Instituto de Ciências Agrárias (ICA); b) Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA); c) Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH) e d) Instituto Ciberespacial (ICIBE). Os institutos são constituídos por docentes, técnico-administrativos e discentes que nele exercem suas atividades. Cada um dos institutos citados atua em funções relacionadas a seus campos do saber e compactuam entre si o objetivo de ensino, pesquisa e extensão.

Seguindo o planejamento de expansão proposto pela UFRA, já foram criados cinco campi fora de sede que, atualmente, ofertam doze cursos de graduação. São os campi de Capanema (Cursos de

Administração, Agronomia, Biologia, Ciências Contábeis e Engenharia Ambiental e energias renováveis), de Capitão Poço (Curso de Agronomia, Biologia, Computação, Engenharia Florestal e Sistemas de Informação), de Paragominas (Administração, Agronomia, Engenharia Florestal, Sistema de Informação e Zootecnia), de Parauapebas (Curso de Administração, Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção e Zootecnia) e de Tomé Açu (Cursos de Administração, Licenciatura em Biologia, Ciências Contábeis, Engenharia Agrícola e Língua Portuguesa). No campus sede começaram a funcionar os Cursos de Licenciatura em Computação, no ano de 2009, Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, em 2010, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, em 2013, o Curso de Licenciatura em Letras/Libras em 2016 e o Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa em 2017.

A implementação dos referidos Cursos demonstra o fortalecimento dos cursos de licenciatura dentro da UFRA e na Amazônia evidenciando a importância dessas ofertas pelo Sistema Regular de Ensino e por outros Programas de Formação de Professores, a exemplo o PARFOR, voltados para o ensino público de qualidade nas escolas de Educação Básica na Amazônia. Ademais, o Curso Licenciatura em Letras Libras da UFRA amplia também dentro da Universidade a visão para os cursos de formação de professores, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005 e o Decreto nº 7.612/2011, que fortalece a Educação Bilíngue no Brasil, por meio da criação de cursos de Letras LIBRAS (bacharelado e licenciatura).

A UFRA tem se expandindo de norte ao sul do Estado do Pará por meio da oferta de cursos de graduação desenvolvido no âmbito de programa especial para a formação de professores, o PARFOR - Programa de Formação de Professores para a Educação Básica, programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. , que já ofertou na UFRA quatro cursos em 25 municípios, em parceria com as Secretarias de Educação e com financiamento pelo MEC – Ministério da Educação. O programa tem atendido ao seu objetivo dentro desta IES de induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

O Programa de Formação de Professores para a Educação Básica tem fomentado dentro de diferentes IES à oferta de turmas especiais em cursos de: I. Licenciatura – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula; II. Segunda licenciatura – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em

área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica; e III. Formação pedagógica – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

Destarte, a localização geográfica da UFRA na Amazônia, com o imenso espaço físico representado por seus *campi*, por si só, representa um excelente “marketing” institucional, que, associado à interiorização que vem ocorrendo e a uma maior interação com seus ex-alunos permitiram uma percepção mais abrangente da instituição. Isso poderia resultar numa ampliação das parcerias com outras entidades e uma maior captação de recursos, formando um profissional de melhor qualidade para atender as demandas na área de Ciências Agrárias. Este atendimento exige uma UFRA fortalecida com um nível elevado de satisfação de seus funcionários, tanto os docentes como os técnicos administrativos. Para garantir a sua atuação emergente e o seu bem-estar, é preciso continuar se reestruturando e acreditando na força e na capacidade de se adaptar, inovar e intensificar o seu papel como Universidade.

Assim, além de atender a demanda por profissionais na área de ciências agrárias, atuando para promover o desenvolvimento sustentável na região amazônica, o Projeto Pedagógico Institucional da UFRA está se atualizando para atender, satisfatoriamente, à demanda dos estudantes pelas novas habilidades e conhecimentos exigidos pelos potenciais empregadores também nas áreas das ciências humanas e educação. Dessa forma, os novos profissionais da Universidade Federal Rural da Amazônia poderão contribuir significativamente para a construção de uma Amazônia autossustentável, que respeita a diversidade ambiental, produtiva, energética e, sobretudo, a sociocultural e, que considera o conhecimento na relação com aspectos multiculturais, considerando a organização do trabalho pedagógico, da estrutura curricular para a formação humanística do licenciado e o reconhecimento teórico e prático voltado para as realidades dos sujeitos e a melhoria desta educação.

2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Todas as ações institucionais são formuladas para atender o que a comunidade ufraniana definiu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - (2014/20124). Dando assim, base para definição das estratégias que guiarão suas ações, bem como de cada membro da universidade, para que haja convergência das metas e o direcionamento mais eficaz da força de trabalho e dos investimentos. O PDI foi discutido em vários setores da Ufra, e com agentes externos. Foi submetido ao Conselho Superior, que congrega representatividade de todos os setores da Ufra (servidores docentes e técnicos administrativos) e estudantes da instituição. Apresentamos a identidade

organizacional da Ufra por meio da sua missão, da visão de futuro e dos seus valores institucionais, complementados pelos seus Princípios institucionais.

2.1. A missão institucional

Formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

2.2. A visão de futuro

Ser referência nacional e internacional como universidade de excelência na formação de profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil.

2.3. Os valores da UFRA

- a) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – assegurar a integração sistêmica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão como diferencial na formação dos profissionais, produção e difusão de conhecimentos;
- b) Interdisciplinaridade – exercitar a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão, como processo de construção e desenvolvimento de novos conceitos, conhecimentos e aprendizados e na formação de cidadãos com visão holística dos problemas a enfrentar na vida profissional e convívio social;
- c) Transparência – tornar transparente as ações da atividade administrativa da instituição, mediante a divulgação e disponibilização das informações à sociedade;
- d) Responsabilidade social e ambiental – produzir conhecimento consciente da importância de compartilhar os resultados com a sociedade e com a valorização dos serviços ambientais produzidos pela natureza em benefício do bem-estar social;
- e) Dignidade e inclusão – garantir os princípios da dignidade e inclusão na educação superior aos portadores de necessidades especiais;
- f) Ética – respeito, integridade e dignidade aos seres humanos, com o fito de assegurar os princípios morais aos cidadãos em prol do bem comum;
- g) Cidadania – assegurar a liberdade, direitos e responsabilidades individuais e comunitárias;
- h) Cooperação – trabalhar para o bem comum da sociedade local, regional, nacional e internacional.

Prosseguindo as ações sistêmicas de desenvolvimento da Ufra, com base na Identidade organizacional, a Pró-Reitoria de ensino desenvolverá suas atividades em busca de desenvolver sua missão.

3. MISSÃO DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Formular, implementar e avaliar a política de ensino da Ufra visando a formação holística de profissionais de nível superior nas diversas áreas de conhecimento que compõe o ensino institucional, por meio de ações técnicas, pedagógicas, estruturais e normativas para o cumprimento da missão institucional.

3.1. Divisão de Apoio Pedagógico – DAP

A Divisão de Apoio Pedagógico – DAP é um setor vinculado à PROEN, responsável pelo acompanhamento da política educacional e por sua articulação com o ensino de graduação, funcionando como apoio técnico-pedagógico para as diversas atividades relacionadas ao desenvolvimento e aprimoramento dos cursos de graduação. Tem por missão, “promover, mediar e orientar o desenvolvimento didático-pedagógico dos docentes e discentes da UFRA”, por meio de atendimentos especializados, mediação de conflitos em sala de aula envolvendo, docentes e discentes e entre discentes, esclarecimentos a respeito das Legislações Internas, além da integração e a construção de parcerias com os demais setores da instituição para encaminhamento aos setores especializados, contribuindo para a formação de profissionais éticos e competentes para o exercício da cidadania.

4. INSERÇÃO REGIONAL DA UFRA

A UFRA, situada na Amazônia, reconhece a importância de ser uma Universidade de desenvolvimento dessa região em que está inserida, contribuindo para a formação profissional e científica de sua comunidade, com a missão de formar profissionais qualificados que compartilhem conhecimentos com a sociedade e possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, tornando-se referência nacional e internacional como universidade de excelência na formação de profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil.

Esse é o compromisso político-educacional que a UFRA entende que deve assumir por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, e nas ações junto à sociedade por força das atividades que realize, reconhecendo que sua concepção institucional somente se completa à medida que dê ênfase à

contemplação da própria região, encarando a necessidade de preservação das riquezas regionais e na razão em que favoreça o desenvolvimento sustentado da Amazônia.

Cabe ressaltar que a UFRA é a mais antiga Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região e tem como grande preocupação a preservação da Região Amazônica, assim como sua exploração racional.

Assim, os princípios da UFRA de acordo com o seu PLAIN (2014-2024) são:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito cultural, político, científico e socioambiental do pensamento reflexivo em ciências agrária, saúde e produção animal, biológicas, ciências sociais aplicadas, da informação e conhecimento, ciências humanas e da saúde, engenharias e outras que venham a ser introduzidas;
- b) Formar profissionais cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento e melhorias da qualidade de vida da sociedade brasileira, em específico do ambiente complexo da Amazônia, propiciando a formação continuada;
- c) Desenvolver pesquisa, tecnologia e inovação dentro do propósito da sustentabilidade por meio da integração dos sistemas econômicos e ambientais, sob a visão holística das relações entre o homem e o meio em que atua;
- d) Promover a extensão universitária, prestando serviços especializados à comunidade, sobretudo aos grupos sociais excluídos, e estabelecer um vínculo permanente e dinâmico de ações recíprocas para o desenvolvimento humano;
- e) Promover de forma permanente o aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a integração das informações e conhecimento adquiridos numa dinâmica própria de ação e reação com os egressos e os demais grupos de interesse a que está vinculada;
- f) Tornar efetivo e ampliado os meios de comunicação e divulgação dos conhecimentos culturais, políticos, socioeconômicos, ambientais, técnicos e científicos, que formam o patrimônio da UFRA tem a ofertar para a humanidade, por meio do ensino presencial à distância, publicações dos resultados de pesquisa e extensão e todas as formas de comunicação ao alcance da Universidade.

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) disponibiliza a sociedade local e nacional mais de 2 mil vagas no seu ensino regular por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISu) do Ministério da Educação, que se baseia nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Entre as vagas no Processo Seletivo a universidade disponibiliza:

MUNICÍPIO	CURSOS
Belém	Agronomia Licenciatura em Computação Eng. Ambiental e Energias Renováveis Engenharia Cartográfica Engenharia Florestal Engenharia de Pesca

	Medicina Veterinária Sistema de Informação Licenciatura em Letras Libras Zootecnia Licenciatura em Língua Portuguesa
Capanema	Administração Agronomia Ciências Contábeis Licenciatura em Ciências Biológicas Bacharelado em Ciências Biológicas Engenharia Ambiental e energias renováveis
Capitão Poço	Agronomia Bacharelado em Ciências Biológicas Licenciatura em Computação Engenharia Florestal Sistemas de Informação
Paragominas	Administração Agronomia Engenharia Florestal Sistema de Informação Zootecnia
Parauapebas	Administração Agronomia Engenharia Florestal Zootecnia Engenharia de Produção
Tomé-Açu	Administração Licenciatura em Ciências Biológicas Ciências Contábeis Engenharia Agrícola Licenciatura em Língua Portuguesa

A UFRA tem se expandindo também por meio da oferta de cursos de graduação desenvolvido no âmbito de programa especial para a formação de professores, o PARFOR - Programa de Formação de Professores para a Educação Básica, programa instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES., que já ofertou na Instituição x cursos em x municípios, em parceria com as Secretarias de Educação e com financiamento pelo MEC – Ministério da Educação de acordo com dados na tabela abaixo:

MUNICÍPIO	CURSOS
Bragança	Licenciatura em Ciências Naturais (L.C.N.)
Gurupá	
Igarapé-açu	
Parauapebas	
Tomé-açu	
Benevides	
Capanema	

Marapanim		
Salvaterra		
Santo Antônio do Tauá		
Almeirim		
Belém		
Nova Esperança do Piriá		
São Miguel do Guamá		
Santarém	Licenciatura em Computação	
Santarém		
Belém A		
Belém B		
Benevides		
Almerin		
Dom Eliseu		
Capanema		
Breves		
Almeirim		
Augusto Corrêa	Licenciatura em Pedagogia	
Belém		
Benevides		
Bragança		
Breves		
Capanema		
Capitão Poço		
Dom Eliseu		
Gurupá		
Igarapé-Açu		
Marabá		
Marapanim		
Muaná		
Nova Esperança do Piriá		
Novo Repartimento		
Paragominas		
Parauapebas		
Salvaterra		
Santarém		
Santo Antônio do Tauá		
São João de Pirabas		
São Miguel do Guamá		
Tomé-Açu		
Almeirim		
Augusto Corrêa		
Belém		
Benevides		
Bragança		
Belém		Licenciatura em Letras Libras
Tomé-açu		

O programa tem atendido ao seu objetivo dentro desta IES de induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Em relação à Pós graduação a Universidade, além do *campus* Belém também oferta um programa *Stricto Sensu* no *campus* de Parauapebas. E em regime *Lato Sensu* ofertamos o Programa de Residência em Medicina Veterinária no *campus* sede.

PÓS-GRADUAÇÃO	CAMPUS
Mestrado e Doutorado em Agronomia	BELÉM
Mestrado e Doutorado em Ciências Florestais	
Mestrado em Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais	
Mestrado e Doutorado em Saúde e Produção Animal na Amazônia	
Mestrado em Ciências Biológicas (Botânica)	
Mestrado em Biotecnologia Aplicada à Agropecuária	
Residência Multiprofissional em Medicina Veterinária	BELÉM
Mestrado em Produção Animal na Amazônia	PARAUPEBAS

Dessa forma, a UFRA, entre os anos de 1984 e 2017, contribuiu para a formação acadêmica *Stricto Sensu* de 1.047 discentes, colaborando para o desenvolvimento da região amazônica com grande êxito. Dessa forma, cumpriu a missão desta Universidade, proporcionando educação continuada de profissionais que atuam no estado, efetivando um processo ensino–aprendizagem identificado com as necessidades educacionais da realidade regional.

5. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

Perante os múltiplos desafios suscitados na sociedade contemporânea, a educação é considerada por muitos como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade, da equidade e da justiça social. Possuindo um papel essencial no desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades, se bem direcionada, cumpridora de seu papel social, certamente contribuirá com um desenvolvimento humano mais harmonioso e legítimo, de modo a cooperar para a diminuição da pobreza, da exclusão social, das incompreensões,

das opressões, das guerras, da destruição da natureza, das doenças, dentre várias outras mazelas sociais.

A universidade é o lócus de produção do saber científico. Por meio dela se faz o professor, o médico, o Agrônomo, o Químico, o Engenheiro, etc. Nessa missão universal das universidades, questionamos “Que projeto de homem a universidade quer construir”? Pois por meio dos egressos das universidades, teremos a construção dos possíveis legisladores do país, os professores, os elaboradores de políticas públicas, os médicos, os engenheiros, dentre muitos outros profissionais, quer seja num ambiente de trabalho público ou privado assumirão postos que interferem diretamente na vida da sociedade em inúmeras dimensões: política, ambiental, econômica, educacional e cultural.

Temos uma forte interferência na construção desse profissional, utilizando as afirmações de Bauman sobre modernidade líquida, ele alega que as relações transformam-se, tornam-se voláteis na medida em que os parâmetros concretos de “classificação” dissolvem-se. Trata-se da individualização do mundo, em que o sujeito agora se encontra “livre”, em certos pontos, para ser o que conseguir ser mediante suas próprias forças. A liquidez a que Bauman se refere é justamente essa inconstância e incerteza que a falta de pontos de referência socialmente estabelecidos e generalizadoras gera.

São esses padrões, códigos e regras a que podíamos nos conformar, que podíamos selecionar como pontos estáveis de orientação e pelos quais podíamos nos deixar depois guiar, que estão cada vez mais em falta. Isso não quer dizer que nossos contemporâneos sejam livres para construir seu modo de vida a partir do zero e segundo sua vontade, ou que não sejam mais dependentes da sociedade para obter as plantas e os materiais de construção. Mas quer dizer que estamos passando de uma era de 'grupos de referência' predeterminados a uma outra de 'comparação universal', em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual (...) não está dado de antemão, e tende a sofrer numerosa e profundas mudanças (BAUMAN, 2001)

Estas são consequências deste individualismo para a educação no mundo contemporâneo, da necessidade exacerbada de comprar, de ter. Temos que produzir um projeto institucional que venha mitigar esses resultados da modernidade líquida. Diante deste panorama, se faz necessário pensar na educação e na construção da identidade dentro do contexto acadêmico que fuja das necessidades puramente de mercado.

Em oposição a esta lógica da instantaneidade e consumismo do mercado, torna-se primordial a discussão da educação e da escola, uma vez que se impõe como exigência humana uma “educação ética das novas gerações que devem tornar-se ativamente participantes de sua formação, não só na assimilação de normas e valores, mas na tematização dos princípios que a tradição cultural lhes oferece” (GOERGEN, 2005, p.80).

Pensar a educação em tempos de fluidez é relevante, pois estão em jogo o indivíduo, o cidadão e a sociedade que fazemos parte. Neste contexto, a dimensão ética da educação é uma prioridade e para formar esse sujeito ético dois aspectos relevantes devem ser considerados. O primeiro se refere

ao próprio ambiente escolar, ou seja, “diz da necessidade da construção de um ambiente ético, democrático, justo, respeitoso e solidário na escola como um todo” (GOERGEN, 2005 p.81). E o segundo aponta para um “ambiente social ético, uma vez que a escola não educa fora do contexto social” (GOERGEN, 2005 p.81). Assim, a marginalização, a violência, a corrupção, a destruição do meio ambiente, o desrespeito às diferenças individuais (sejam elas de gênero, cor, raça, opção sexual, religiosa) por exemplo, entram em choque com uma proposta de formação de “cidadãos honestos, democráticos, solidários”.

Nessa linha de pensamento, considera-se prioridade formatar uma identidade para a sociedade/educação/universidade que assegure a liberdade, a cidadania, a tolerância, a ética, o diálogo, a autonomia e a emancipação humana dos que a ela ingressam.

Na construção do projeto de educação que queremos, considerando a realidade do mundo contemporâneo, vislumbramos no currículo um dos norteadores para alcançarmos as premissas antes descritas. Contudo para o sucesso da perspectiva pontuada, e não mostrarmos uma visão simplista de resolução dos problemas educacionais, sabemos que vão além de reformas curriculares, estão articulados a problemas que envolvem cultura, política e economia, dentre outros.

Ao pensarmos os currículos na UFRA, consideraremos:

[...] Organizar as ações formativas em torno da compreensão crítica das relações de trabalho, de modo a contribuir para a geração de alternativas sociopolíticas de transformação das condições de vida e trabalho dos sujeitos, alternativas essas orientadas pela construção de formas efetivas de justiça social (ROCHA, 2006, pags.43 e 44).

Devemos seguir além da lógica das diretrizes curriculares, atenderemos sim os requisitos normativos, mas sem esquecer a essência do ato formativo numa instituição de ensino superior. Não estaremos preocupados apenas em transcrever as competências descritas, pois ratificamos que queremos quebrar as ligações puramente econômicas. Queremos nossos egressos adentrando o mercado de trabalho, com todos os requisitos técnicos necessários à sua formação, mas, além disso, queremos agregar a este currículo os saberes, conhecimentos, valores sociais, que possam contribuir na formação de um ser humano mais comprometido com o local em que vive, com a nação e com o planeta.

Partindo do princípio que a Amazônia é o local no qual a UFRA está sediada, e uma das características marcantes desta região é a heterogeneidade, demonstrada na forma peculiar de sua cultura, das relações sociais, do seu hábito de vida e da estrutura educacional, sem falar nas distâncias geográficas e ecossistemas distintos dessa região. Na diversidade de habitantes, pois encontramos: indígenas, caboclos, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, povos da floresta, sem-terra, assentados, imigrantes advindos principalmente da região nordeste e também do Centro-Sul. Estas diferenças

devem ser consideradas, valorizadas e utilizadas como balizadoras na construção do currículo e implementação de quaisquer propostas para a região, sejam elas de ensino pesquisa e/ou extensão.

Um princípio fundamental adotado é da interdisciplinaridade. O que caracteriza um trabalho interdisciplinar é a transferência de métodos de uma disciplina para outra, o que pode ocorrer em diferentes graus. Segundo Nicolescu (2000) há três graus de transferência de métodos: de aplicação, por exemplo, métodos da física nuclear transferidos para a medicina levam ao aparecimento de novos tratamentos para o câncer; epistemológico, exemplo: a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito; de geração de novas disciplinas, por exemplo, a transferência de métodos da matemática para o campo da física gerou a física matemática; os da física de partículas para a astrofísica, a cosmologia quântica; os da matemática para os fenômenos meteorológicos ou para os da bolsa, a teoria do caos; os da informática para a arte, a arte informática.

Devemos ultrapassar os obstáculos à prática da interdisciplinaridade apresentados por Proust (1993) a partir de suas pesquisas. O primeiro consiste no que ele denomina “espírito de paróquia”, ou seja, a tendência a privilegiar sua metodologia, desqualificando as demais. Ocorre como se valorizássemos nossa disciplina, entendida como área do saber, mais do que qualquer outra. Assim sendo, que motivos teríamos para estabelecer um trabalho interdisciplinar?

O segundo obstáculo diz respeito à “perda informacional”, traduz o receio de perda de informação e de banalização do saber. Como posso utilizar métodos de outras disciplinas? Isso descaracterizaria a minha disciplina, que poderia ser banalizada. De fato, o risco da banalização é constante, mas não há relação direta entre interdisciplinaridade e banalização.

O “conservadorismo institucional”, que teme a transgressão de fronteiras levando ao descrédito da instituição é outro ponto apresentado por Proust. Aqui disciplina é entendida como ordem. Como confiar numa instituição que não opta por um sistema, um método único de solução dos problemas?

Por último, o “conservadorismo individual” representa a insegurança e o desconforto provocados quando nosso território é invadido ou quando adentramos em territórios desconhecidos. Dialogar com outras disciplinas implica em abertura, em assumir que não se sabe tudo, em disposição ao novo, ao outro e sua legitimidade.

Além do currículo outro elemento fundamental na construção deste projeto, são os docentes da universidade. Referindo-se ao ensino, enquanto um ofício, temos clareza que tem influência direta da realidade social na qual está inserida. No andamento dessa profissão são diretamente influenciados pelas conjunturas econômicas, sociais, políticas e culturais. Dessa forma, o docente assume uma postura ideológica diante do ensino.

Requeremos do profissional docente, uma postura pedagógica reflexiva da realidade, por meio do ensino. Seu trabalho deve ser uma comunicação entre a educação e o mundo real, os conteúdos

trabalhados em sala de aula devem ser relacionados aos fatos concretos da vida e do mundo. Cabe ao professor a articulação entre conhecimentos, em busca da interdisciplinaridade, e também tornar a sala de aula um espaço de solidariedade e favorecer o desenvolvimento do aluno nos aspectos cognitivos, emocional e moral. O docente é um grande indutor da transformação da realidade dos alunos e por meio dos alunos. Dentro da perspectiva do trabalho pedagógico, Contreras (2002) cita que existem três dimensões muito importantes da profissionalidade docente, são elas:

1. A obrigação moral: deriva do fato de que o ensino supões um compromisso de caráter moral para quem o realiza. Este compromisso ou obrigação moral, confere à atividade de ensino um caráter acima de qualquer obrigação contratual que possa ser estabelecida na definição de emprego. O professor está comprometido com todos seus alunos e alunas em seu desenvolvimento como pessoas, mesmo sabendo que isso costuma causar tensões e dilemas: “é preciso atender o avanço na aprendizagem de seus alunos, enquanto que não se pode esquecer das necessidades do reconhecimento do valor que, como pessoas, lhe merece todo o alunado” (CONTRERAS, 2006). Contreras citando Gimeno afirma:

os condicionamentos e os controles existem, mas nunca evitam a responsabilidade individual de cada docente, porque não fecham por completo as opções para uma prática pedagógica melhorada, ao permitir margem em sua interpretação e possibilidades de resistência diante dos mesmos. (Gimeno, 1992, p.236 *apud* Contreras, 2006, p.78)

Dessa forma, mesmo enfrentando problemas os docentes decidem quais direcionamentos tomar diante da prática educativa que realiza, seus níveis de transformação e enfrentamento da realidade que vivencia.

2. O compromisso com a comunidade: A obrigação moral dos professores, a ética de suas atuações, poderia associar-se a uma imagem de professores como profissionais isolados. No entanto, precisamente porque seus trabalhos têm implicações éticas muito importantes, está em relação com os princípios normativos e as realizações concretas dos mesmos. A educação não é um problema da vida privada dos professores, mas uma ocupação socialmente encomendada e responsabilizada publicamente.

3. A competência profissional: A obrigação moral dos professores e o compromisso com a comunidade requerem uma competência profissional coerente com ambos. É evidente que a realização do ensino necessita, como qualquer outro trabalho, de um domínio de habilidades, técnicas e, em geral recursos para uma ação didática, da mesma forma que deve conhecer aqueles aspectos da cultura e do conhecimento que constituem o âmbito ou o objeto do que se ensina. Existe uma relação

direta com as duas dimensões anteriores, e a competência profissional vai além do sentido puramente técnico do recurso didático. Para o teórico:

Temos que falar de competências profissionais complexas que combinam habilidade, princípios e consciência do sentido de consequências das práticas pedagógicas. Dificilmente pode-se assumir uma obrigação moral ou um compromisso com o significado e as repercussões sociais do ensino se não dispuser desta competência. (Gimeno, 1992, p.236 *apud* Contreras, 2006, p.85)

Numa perspectiva freiriana, suscitamos nos professores, um sentimento de pertencimento à sua classe, no sentido de valorizar o ser professor, mesmo em meio às adversidades da profissão:

Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e me imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias, sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste. Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar (FREIRE, 1996. p.115).

À instituição cabe os esforços de mudança para as situações internas de conflito, auxiliando sobretudo nas interações e na oferta de condições favoráveis ao trabalho docente.

Outro elemento importantíssimo que não pode ficar de fora deste projeto pedagógico, são os estudantes. Razão de ser da ação educativa da universidade, pois todas as nossas primeiras ações vão ao encontro do anseio destes de obter uma formação de qualidade. E todas ações desenvolvidas para formá-los, não só tecnicamente, considerando que são pessoas que necessitam de desenvolvimento social, intelectual e de personalidade, retornam a sociedade em forma de benefícios. Formamos um ser completo, mesmo tendo um público diversificado, entre jovens, adultos e até idosos. Faz-se necessário que a instituição tenha um processo de atendimento estruturalmente organizado, para suprir as necessidades mencionadas.

A questão da excelência do processo de ensino-aprendizagem não é algo que pode ser garantido apenas pelo professor e pelas suas estratégias didático-pedagógicas. Ela é uma conquista e supõe o diálogo, a participação efetiva do aluno e, sobretudo, a construção de relações de proximidade e empatia com os estudantes.

Outra análise importante referente ao processo de ensino-aprendizagem é que pode ser caracterizada como dialógica (FREIRE, 1987), apesar de estar assentada na reflexão a respeito da prática docente, acreditamos que o estudante também é responsável por esta ação. Essa concepção parte de outro pressuposto, onde a atitude dialógica é, antes de tudo, uma atitude de amor, humildade e fé no ser humano, no seu poder de fazer e de refazer, de criar e de recriar.

Portanto, o “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, (FREIRE, 1996, p. 21); o aprender, nessa perspectiva dialógica, é mais que uma relação de saber; é relação de existência de vida; aprender é uma modificação estrutural não só do comportamento, mas da convivência. O processo de ensino-aprendizagem decorre então de uma relação entre parceiros, onde todos ensinam e todos aprendem. Numa relação como essa, onde professores e alunos se sentem acolhidos em seus saberes e experiências, constroem juntos o conhecimento, alegram-se juntos pelas descobertas que fazem, percebem juntos o movimento da vida e da convivência no ato de ensinar e aprender coletivamente, brotando proximidade, empatia e significado a ação educativa.

A concepção dialógica de educação deve estar além da relação professor aluno, ele também dar-se-á numa perspectiva da relação professor-professor, aluno-aluno, professor-instituição, aluno instituição. Nessa expectativa do trabalho em conjunto, podemos assimilar que o trabalho interdisciplinar fluirá. Pois para obter sucesso na interdisciplinaridade, não basta reunir disciplinas a exemplo do Desenho Curricular proposto na Ufra. Depende de quem trabalha a proposta interdisciplinar. “É preciso ser coerente, humilde e saber se rever. Refletir sobre a sua ação e se renovar. Assim o professor contribui para a construção do próprio conhecimento e do conhecimento do outro.”(FAZENDA, 2003). As características de um professor interdisciplinar também são descritas por Ivani Fazenda (2003): “O professor interdisciplinar traz em si um gosto especial por conhecer e pesquisar, possui um grau de comprometimento diferenciado para com seus alunos, ousa novas técnicas e procedimentos de ensino. Antes, porém, analisa-os e dosa-os convenientemente”. Vai muito além dessas perspectivas individuais, necessita de abertura do outro, cooperação entre todos os partícipes do processo ensino aprendizagem.

Para alcançarmos esse viés interdisciplinar e a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, elencamos algumas metodologias de ensino que propiciam, um diferencial no trabalho pedagógico, da sala de aula. Privilegiando a reflexão, a ação, o trabalho com problemas reais enfrentados no mundo do trabalho e na sociedade e não podemos tirar o objeto central que é o estudante.

Um educador chamado Schön, estudou o conceito do profissional reflexivo, elaborando um novo modelo de formação profissional, baseado na reflexão sobre a prática. Sua teoria de prática reflexiva, para a formação de um profissional reflexivo, divide-se em três ideias centrais: a reflexão na ação, a reflexão sobre a ação e a reflexão sobre a reflexão na ação.

A reflexão na ação busca um saber que está presente nas atuações profissionais. Profere a respeito das observações e das reflexões do profissional em relação ao modo como ele transmite sua prática; a descrição consciente dessas ações pode ocasionar transformações, conduzindo a novas pistas para soluções de problemas de aprendizagem. O pensamento crítico sobre sua atuação, assim

exercitado, pode levar o profissional a elaborar novas estratégias de atuação, ajustando-se, assim, a situações novas que vão surgindo.

A outra ideia de Schön, que faz referência à **reflexão sobre a ação**, está em relação direta com a ação presente, ou seja, com a reflexão na ação, e consiste numa reconstrução mental retrospectiva da ação para tentar analisá-la, constituindo um ato natural com uma nova percepção da ação. Em outras palavras, ela acontece quando o professor reconstrói mentalmente a ação para analisar retrospectivamente, e o olhar posterior sobre a ação realizada ajuda o professor a perceber o que aconteceu durante a ação e como os imprevistos ocorridos foram resolvidos.

A reflexão na ação, permitindo a reflexão sobre ações contidas em experiências passadas, e tenta analisar e sintetizar essas experiências para delas extrair generalizações que serão utilizadas no futuro. Estimulados por gatilhos, padrões confirmações e confirmações dentro do próprio modelo de ação. Esse movimento, que, espera-se, aconteça após a aula do professor reflexivo, Schön denomina reflexão sobre a reflexão na ação. Esse tipo de reflexão leva o professor a desenvolver novos raciocínios, novas formas de pensar, de compreender, de agir e equacionar problemas.

Tais noções de reflexão apresentadas têm lugar na prática docente, embasadas em práticas reais, que permitem fazer experiências, cometer erros, ter consciência dos mesmos e tentar novamente, de outro modo. Nesse sentido, a prática em sala de aula surge como um espaço privilegiado que permite a integração de competências, o que só é possível se o professor refletir sobre sua atuação. A reflexão e a experimentação, portanto, são elementos fundamentais na atuação docente e também do discente, capazes de proporcionar uma conquista progressiva de autonomia e descoberta de potencialidades.

Uma outra metodologia é trabalhar com Estudo de caso e caso de ensino O método de Estudo de Caso é uma variante do método Aprendizagem Baseada em Problemas, também conhecido como Problem Based Learning (PBL). O PBL teve origem na Escola de Medicina da Universidade de McMaster, entretanto, durante aproximadamente 30 anos ficou restrito à formação de profissionais da área médica, sendo mais tarde disposto para os demais cursos de graduação e pós-graduação. Trata-se de uma metodologia desenvolvida com o intuito de possibilitar aos alunos o contato com problemas reais antes de alcançarem os semestres finais do curso. O método da PBL tem como propósito tornar o aluno capaz de construir o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos que o expõe a situações motivadoras e o prepara para o mundo do trabalho (BOROCHOVICIUS; TORTELLA, 2014).

Como muitas variantes do PBL, o Estudo de Caso é um método que oferece aos alunos a oportunidade de direcionar sua própria aprendizagem, enquanto exploram a ciência envolvida em situações relativamente complexas. Enquanto o objetivo do modelo original do PBL é, principalmente, a aprendizagem do assunto científico, os casos são mais comumente usados para ensinar habilidades para a tomada de decisão (Gimaraes *et al.*, 2016).

Para diferenciar os objetivos com a aplicação de Casos, destaca-se que há o modelo de Estudo de Caso que abrange: i) Caso-Demonstração (Estudo de Caso convencional), utilizado para ilustrar aulas expositivas, o qual contém a descrição da situação problema e a solução adotada pelo gestor; ii) Caso-Problema (Caso de Ensino) onde a análise e solução não estão presentes na narrativa do caso, e outros estudos de casos apresentam a descrição de um fenômeno que já tenha a análise da situação e as decisões gerenciais expressas no caso (Gimarães *et al.*, 2016)

A utilização do o Flipped Classroom (sala de aula invertida) é uma técnica de aprendizagem ativa que está fundamentado nas pesquisas de Bonnell e Eison (1991) e Silberman (1996) que preconizavam o envolvimento dos alunos de forma ativa no processo de ensino, portanto o aluno deve se preparar antes de iniciar o encontro em sala de aula. Para Gilboy, Heinerichs e Pazzaglia (2015) a sala de aula invertida é uma abordagem pedagógica inovadora que incide sobre a instrução centrada no aluno. No Flipped Classroom ocorre a reversão da alocação de tempo para leitura e trabalhos de casa, portanto o aluno é agente ativo do processo (Gimarães *et al.*, 2016).

Alertamos que apenas o tipo de aula (tradicional ou com metodologias ativas) não é o único fator determinante da aprendizagem do aluno, não utilizaremos somente um outro, podendo incluir metodologias mais tradicionais num processo de mesclagem com outras práticas mais modernas. Dessa forma ainda podemos utilizar aulas expositivas, seminários, dentre outras. Sem esquecer da inclusão das novas tecnologias, dos quais os estudantes já conhecem a utilização, faltando apenas direcioná-las às atividades de sala de aula.

No atual contexto denominado por vários autores de pós-moderno, a produção do conhecimento ganhou novos contornos, onde as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) realizam a mediação, reduzindo distâncias, conectando pessoas de culturas, classes, sexo e raças diferentes. O uso dessas tecnologias evoluiu para além das técnicas em si, tornando-se um sistema complexo denominado ciberespaço e que se amplia a partir do contexto de uma cultura dada pela conexão chamada de Cibercultura (LÉVY, 1999).

A Universidade como parte da sociedade, precisa se integrar aos atuais processos de construção do conhecimento que têm por base as TIC, de forma a possibilitar que os seus agentes possam se envolver e se desenvolver nos ambientes criados e transformados pelas TIC.

O movimento da Cibercultura, denominado por Lévy, não está restrito à educação e nem ao menos tem se desenvolvido com este propósito, no entanto não podemos deixar de perceber que a influência desses princípios impacta diretamente a forma como se ensina e se aprende nos dias atuais.

De acordo com Belloni (2006, p. 53) a pedagogia e tecnologia, tomadas em seu sentido mais geral, sempre foram elementos fundamentais e inseparáveis da educação. Dessa forma, há a necessidade de estarmos atentos ao uso crescente da informática aplicada à educação e do avanço da chamada “Web 2.0”, por proporcionar o “uso cada vez maior da rede para intercâmbio de

conhecimento, informações, opiniões, colaboração e socialização entre pessoas, temos um cenário dinâmico e imprevisível” (LITTO, 2010, p.77).

O cenário que se desenvolve no universo da virtualização, estão: Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), simuladores, jogos, aplicações, softwares, vídeos, sons, imagens e etc. que podem em parte ou em sua totalidade contribuir para os processos de ensino e aprendizagem na Universidade, nos curso presenciais ou a distância.

Estudos recentes no âmbito da formação de professores desenvolvidos por D’ávila e Sonnevile (2004, p. 30) revelam que as TIC tem superado os seus aspectos instrumentais, dotando-lhes um papel potencializador de novas relações pedagógicas, visto que as mesmas não são consideradas ferramentas de ensino, mas interfaces com potencial transformador das relações pedagógicas estabelecidas nos ambientes educacionais. Neste contexto, os autores também revelam que outro aspecto a ser considerado é o redimensionamento do papel do professor que de tutor, passou a ser mediador de ambientes de aprendizagens, bem como do educando, tido agora, como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem, com autonomia intelectual.

Tendo em vista todas essas novas configurações sociais, a qual vivencia o ciberespaço cotidianamente, a sociedade do conhecimento que gera novas informações com velocidade ímpar, temos que planejar e replanejar nossas ações institucionais, construir e desconstruir conceitos sobre metodologias e atitudes a serem utilizadas em sala de aula, nesse contexto pautaremos nossas ações em busca de inserir novas metodologias e tecnologias no fazer pedagógico institucional.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

A UFRA, por meio deste PPI, acata como diretriz de trabalho constante o aperfeiçoamento permanente de seus escopos institucionais para repensar suas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Ressalte-se que essas finalidades devem se modificar dentro de uma dinâmica que requer a disposição de mudar e aprender.

Desde 2010, com a Reestruturação proposta pelo REUNI, a UFRA iniciou uma modificação de grande monta em sua Concepção Curricular , todos os Projetos Pedagógicos de Curso, seguiram a nova diretriz reestrurando-se e os novos iniciaram no novo formato.

O modelo atual tem como princípio didático fundamental a interdisciplinaridade, mediado por este princípio construiu-se uma nova Estrutura Curricular, ultrapassando o modelo da grade curricular, entendida não apenas no sentido técnico, mas, sinônimo de algo fechado, aprisionador, intransponível, com estruturas/visões restritivas do conhecimento, com conteúdos sombreados, cargas horárias e pré-requisitos excessivos, fragmentação do conteúdo, alheia a aspectos econômicos, políticos, sociais e acompanhando tudo isso um processo ensino-aprendizagem centrado no professor.

Contraopondo-se ao exposto construiu-se uma Matriz curricular flexível e plural, onde o processo ensino-aprendizagem é centrado fundamentalmente no aluno. Constitui-se então a figura dos Eixos Temáticos, como norteador de conteúdos que possuem afinidade, elemento agregador de duas ou mais disciplinas onde acontece o trabalho interdisciplinar entre os professores envolvidos naquele Eixo Temático, ou inter-eixos, se possível, permitindo aos professores mostrar aos alunos as conexões entre os conteúdos aprendidos, cada conteúdo é fruto de uma interconexão, formando um profissional que vê a relação não compartimentalizada dos conteúdos e sim uma relação sistêmica entre os mesmos, culminando todo o trabalho com uma avaliação interdisciplinar.

O planejamento conjunto do eixo define como ele funcionará. Todos esses processos seguem os princípios da interdisciplinaridade no sentido do diálogo, humildade e cooperação.

Desta forma, essa IES em seu currículo, configura-se em um ambiente de aprendizado centrado no estudante, definindo o ensino por resultados esperados onde o docente assume a tarefa de orientar, coordenar, estimular e promover condições para que o aprendizado seja instigante para o estudante.

Assim sendo, ao graduar-se na UFRA, o formando deverá demonstrar sólida formação técnica e científica; compromisso com a ética e com princípios democráticos; formação humanística; responsabilidade social e ambiental e cidadania; espírito investigativo, crítico e empreendedor; capacidade de aprendizagem autônoma e continuada e, por fim, saber trabalhar coletivamente.

7. EXECUÇÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS E DAS DISCIPLINAS

A UFRA, por meio deste PPI, acata como diretriz de trabalho constante o aperfeiçoamento permanente de seus escopos institucionais para repensar suas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Ressalte-se que essas finalidades devem se modificar dentro de uma dinâmica que requer a disposição de mudar e aprender.

Desde 2010, com a Reestruturação proposta pelo REUNI, a Ufra iniciou uma modificação de grande monta em sua Concepção Curricular, todos os Projetos Pedagógicos de Curso, seguiram a nova diretriz reestruturando-se e os novos iniciaram no novo formato. O modelo atual tem como princípio didático fundamental a interdisciplinaridade, mediado por este princípio construiu-se uma nova Estrutura Curricular, ultrapassando o modelo da Grade Curricular, entendida não apenas no sentido técnico, mas, sinônimo de algo fechado, aprisionador, intransponível, com estruturas/visões restritivas do conhecimento, com conteúdos sombreados, cargas horárias e pré-requisitos excessivos, fragmentação do conteúdo, alheia a aspectos econômicos, políticos, sociais e acompanhando tudo isso um processo ensino-aprendizagem centrado no professor. Contraopondo-se ao exposto construiu-se uma Matriz curricular flexível e plural, onde o processo ensino-aprendizagem é centrado fundamentalmente

no aluno. Constitui-se então a figura dos Eixos Temáticos, como norteador de conteúdos que possuem afinidade, elemento agregador de duas ou mais disciplinas onde acontece o trabalho interdisciplinar entre os professores envolvidos naquele Eixo Temático, ou inter-eixos, se possível, permitindo aos professores mostrar aos alunos as conexões entre os conteúdos aprendidos, cada conteúdo é fruto de uma interconexão, formando um profissional que vê a relação não compartimentalizada dos conteúdos e sim uma relação sistêmica entre os mesmos, culminando todo o trabalho com uma avaliação interdisciplinar. O planejamento conjunto do eixo define como ele funcionará. Todos esses processos seguem os princípios da interdisciplinaridade no sentido do diálogo, humildade e cooperação.

7.1. A Inovação no ensino de Graduação

Ficará ligada à utilização de tecnologias intra e extra classe, metodologias diferenciadas e formação continuada.

8. ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES

As atividades acadêmicas curriculares são aquelas de extrema relevância para que o estudante adquira o saber e as habilidades necessárias à sua formação, abordando novos ou diferentes campos de estudo a serem escolhidos livremente pelo aluno, completando a carga horária pré-estabelecida para este fim. Elas permitem que o estudante escolha seu itinerário formativo, sendo este acompanhado pelo tutor de turma, assim como pelo seu orientador/supervisor. Estas atividades devem ter regulamentação própria, inseridas no contexto do PPC de cursos de graduação para que os trâmites de organização sejam acompanhados/executados pelos coordenadores de curso. As atividades acadêmicas curriculares, quanto à sua natureza, poderão ser classificadas em optativas ou obrigatórias.

Descrevemos as seguintes atividades acadêmicas curriculares:

- I. Atividades de iniciação à docência (monitoria), à pesquisa ou à extensão;
- II. Atividades à distância;
- III. Trabalho de conclusão de Curso - TCC;
- IV. Estágio Supervisionado Obrigatório - ESO;
- V. Atividades Acadêmicas Complementares;
- VI. Seminário Integrado;
- VII. Atividades Curriculares Integradas – ACI;
- VIII. Tutoria acadêmica;

9. COORDENAÇÕES DE CURSO

As Coordenações de Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado são órgãos colegiados integrantes da estrutura organizacional da Universidade Federal Rural da Amazônia, tendo por finalidade articular mecanismos para interagir ações entre o ensino, a pesquisa, a extensão e coordenar e fazer cumprir a política de ensino (Resolução Nº 22/CONSUN de 18/03/2008). Ela é composta por um Coordenador, um Subcoordenador e pelo Colegiado de Curso, com função deliberativa e consultiva em matéria acadêmica, respeitada a competência dos órgãos superiores e o PPI da instituição.

9.1. Papel do coordenador do curso

O coordenador do curso exerce papel de relevância no contexto educacional e organizacional, e a qualidade de seu trabalho se reflete na organização didático-pedagógica do curso e, conseqüentemente, na qualidade do curso de graduação ofertado.

- 1) Coordenar a execução de Projeto Pedagógico do Curso de Graduação que seja contextualizado com o atendimento às demandas da sociedade local para absorção de seus egressos: deve constar no projeto pedagógico as potencialidades da área em questão na região, as virtudes e as fraquezas da área demandada e como o curso de graduação vem para atender às referidas demandas de forma que o egresso seja moldado para o atendimento dos mercados local, regional e do país;
- 2) Atuar fortemente junto à Administração Superior para que a área temática envolvida pelo curso esteja constante nos documentos de base da Instituição, principalmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) anteriores, vigente e futuros, pois mostra o envolvimento da Ufra no desenvolvimento de Políticas Institucionais no âmbito do Curso;
- 3) Coordenar uma estrutura curricular com objetivos claros e precisos quanto à formação dos egressos diferenciados para atuar no contexto amazônico com todas as suas potencialidades e particularidades, priorizando a interdisciplinaridade e os ciclos de desenvolvimento propostos neste Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- 4) Propor conteúdos curriculares com metodologias ativas de ensino e aprendizagem, com articulação entre a teoria e a prática e carga horária compatível com as atividades propostas em consonância com este PPI, salvaguardando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da área em questão;
- 5) Coordenar e orientar os trabalhos da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado – CTES, nomeada pelo Coordenador nos primeiros trinta dias de

gestão, para regulamentação das Atividades Complementares, do ESO e do TCC, em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais correspondentes, com normas internas da Ufra e com a legislação pertinente;

- 6) Presidir um Núcleo Docente Estruturante (NDE) em acordo com a legislação vigente;
- 7) Presidir um Colegiado funcional, em acordo com o Regimento Geral da Ufra e com o Regulamento das Coordenadorias, garantindo a representatividade de cada categoria universitária;
- 8) Manter todos os registros de funcionamento do curso;
- 9) Exercer a representatividade do curso nas reuniões das comissões;
- 10) Propor modificações e atualizações na estrutura curricular, regulamentações do curso, bibliografias básicas e complementares, atuando junto ao NDE, Colegiado e docentes;
- 11) Responder às demandas dos discentes intercedendo junto às instâncias correspondentes;
- 12) Manter-se atualizado em fóruns de ensino sobre áreas emergentes, políticas de ensino nacionais e locais e novas metodologias de ensino e aprendizagem que possam ser aplicadas ao curso de graduação;
- 13) Avaliar junto ao NDE e ao Colegiado correspondente, cada resultado de avaliação do Curso de Graduação;
- 14) Zelar para que a infraestrutura atenda razoavelmente à formação profissional com qualidade;
- 15) Ser o porta voz do curso perante a sociedade em geral, promovendo a área temática do curso, dando ao mesmo a visibilidade necessária para atrair novos ingressantes, bem como minimizar a evasão;
- 16) Avaliar sistematicamente os índices de sucesso do curso, como demanda por vaga e índices de evasão e de retenção dos estudantes;
- 17) Por fim, exercer administração pautada pela ética e integridade que cabe ao servidor público, bem como ser liderança com capacidade de agregar a comunidade acadêmica.

9.2. Colegiado do curso

Segundo o Regimento da UFRA, o Colegiado de Curso tem função deliberativa e consultiva em matéria acadêmica, respeitando a competência dos órgãos superiores, e é constituído pelo:

- 1) coordenador, que presidirá com voto de qualidade;
- 2) quatro docentes, em atividade, com seus respectivos suplentes, representantes de cada Instituto responsável pelas disciplinas no Curso, escolhidos entre seus pares, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução;

- 3) quatro representantes discentes escolhidos entre os alunos do Curso, com seus respectivos suplentes, para o mandato de um ano, permitida uma recondução;
- 4) quatro representantes dos técnico-administrativos, escolhidos entre seus pares, com seus respectivos suplentes, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

9.3. Núcleo Docente Estruturante - NDE

A Resolução nº 76, de 21 de junho de 2011 institui as normas, os aspectos gerais e comuns da estruturação e do funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos Cursos de Graduação da UFRA. O NDE tem função consultiva e de acompanhamento dos trabalhos de natureza acadêmica, sendo parte integrante da Estrutura de Gestão Acadêmica.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE de um curso de graduação em Licenciatura ou Bacharelado, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Quanto aos critérios de constituição, o NDE de cada curso deve atender aos seguintes requisitos:

- I – ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluindo o Coordenador do Curso;
- II – ter todos os seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- III – ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 80% em tempo integral;

IV – assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Os integrantes do NDE de cada curso serão conduzidos por meio de indicação do Conselho de Curso e terão mandato de 4 (quatro) anos.

10. POLÍTICAS DE ENSINO

As políticas de ensino da UFRA primam por impulsionar a produção dos saberes e conhecimentos científicos com qualidade, relacionados com o contexto Amazônico e sem perder de vista a sua função social, com formação ética e humanizadora.

Privilegiando uma formação interdisciplinar, para um conhecimento totalizante de mundo, num formato generalista, inovador e criativo. Temos enfatizado que o engajamento social deve ser uma preocupação contínua, o mercado de trabalho será a consequência de uma boa formação recebida. O indivíduo além de boas técnicas e habilidades apreendidas, será um ser humano que se envolve nas questões problematizantes de nossa sociedade e faz a diferença em meio a discussões e resoluções de problemas.

A inserção de inovações metodológicas, avaliação continuada, numa perspectiva de avaliação 360°. A flexibilidade curricular permitindo um itinerário formativo dinâmico e inovador, por meio de disciplinas eletivas, atividades complementares, na graduação, dentre outras e metodologias diversificadas desenvolvendo uma excelente relação entre teoria-prática e ensino-serviço, com utilização de tecnologias sociais e comunicativas, especialmente com a educação a distância.

10.1. Políticas de ensino de graduação

A política de ensino de graduação da UFRA pauta-se por um conjunto de objetivos que se dirigem à criação de condições necessárias para o atendimento das demandas sociais e profissionais. Para o desenvolvimento do Estado do Pará e conseqüentemente como contributo para desenvolvimento da Amazônia e do Brasil. Para responder a essa demanda, a política de ensino de graduação está pautada em princípios para nortear a construção dos planos de gestão da universidade, nos diversos âmbitos de planejamento e gestão do ensino busca ampliar a interligação entre a tríade, ensino-pesquisa-extensão. Os **princípios** de Ensino de Graduação são:

- A **interdisciplinaridade como princípio didático** – interpretação da realidade tendo em vista a multiplicidade de leituras, modelo internacional de conhecimento que consiste na observação dos fatos e fenômenos sob vários olhares;

- **A flexibilidade na estrutura curricular** – compreensão de que o curso é um percurso que deverá ser construído considerando os saberes e conteúdos da vivência e experiência do aluno na busca ativa pelo conhecimento;
- **A ética como tema transversal** – será considerada como eixo norteador do currículo, como eixo transversal, estimulando o eterno pensar, refletir, construir. É importante a problematização dos valores morais no contexto institucional para a adoção do conjunto de princípios e padrões de conduta ética e superação de uma ética individualista e competitiva com vistas a construção de uma sociedade cada vez mais humana;
- **Compreensão da diversidade cultural e pluralidade dos indivíduos** - Aceitar a dimensão singular do homem e sua multiplicidade interior;
- **Sólida preparação do profissional** para o exercício da prática do trabalho, da cidadania e da vida cultural.
- **Compreensão da graduação como etapa inicial** no processo de formação continuada, a ser consolidado através do ensino, da pesquisa e da extensão.
- **Utilização da educação a distância e tecnologias comunicacionais e sociais** na ministração do ensino;
- **Igualdade de condições para acesso e permanência na instituição** – Políticas de cotas e pontuações diferenciadas auxiliam no ingresso de estudantes que teriam dificuldade de ingressar na universidade por meio da livre concorrência. Assim como, a oferta de uma política de assistência **estudantil**, beneficia a permanência de estudantes hipossuficientes com variadas modalidades de bolsas, além do acompanhamento psicossocial e pedagógico;
- **Respeito à liberdade e apreço à tolerância** – a universidade deve ser um espaço democrático de respeito à coexistência de vários grupos e escolhas individuais sejam eles de: etnias, de gênero, de credo religioso, de gênero, etc;
- Assegurar ações que defendam a Dignidade e inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, assim como os direitos humanos;
- **Valorização do profissional de educação e das licenciaturas** – estimular a cultura do respeito aos profissionais da educação, como componentes facilitadores e peças fundamentais da formação na instituição, assim como valorização por meio de estratégias e ações que tragam benefícios reais aos profissionais da educação;
- **Gestão democrática do ensino** – Assegurar a existência de colegiados deliberativos, dos quais participarão os segmentos da comunidade acadêmica;
- **Capacitação Profissional e Avaliação Permanente** – a formação docente deve ser uma preocupação constante, com planejamento considerando os resultados de

avaliação e solicitação dos docentes e pares, assim como um projeto de autoavaliação institucional num modelo de avaliação 360°.

Após apresentação dos princípios que nortearão todas construções/planejamentos de ensino, primando que o ensino de graduação resulte na formação de profissionais com educação científica e humanista consistentes, para participarem ativamente da vida em sociedade, com consciência crítica, criadora e ética, produzindo e promovendo a difusão de conhecimentos com qualidade e transparência.

A graduação não deve restringir-se à perspectiva de uma profissionalização estrita, especializada. Há que propiciar a “aquisição de competências de longo prazo”, o domínio de métodos analíticos, de múltiplos códigos e linguagens, enfim, uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla e abstrata para constituir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos. Assim, a aquisição de conhecimentos deve ir além da aplicação imediata, impulsionando o sujeito, em sua dimensão individual e social, a criar e responder a desafios. Em vez de ser apenas o usuário, deve ser capaz de gerar e aperfeiçoar tecnologias. Torna-se necessário desenvolver a habilidade de aprender e recriar permanentemente, retomando o sentido de uma educação continuada.

Visando realizar uma aprendizagem de excelência, o ensino na Ufra, proporciona a construção de competências, habilidades e atitudes, por meio de utilização de práticas pedagógicas diversificadas, fundamentais à formação mais qualificada, as quais deverão ser constituídas por aulas práticas utilizando tecnologias inovadoras, práticas laboratoriais e de campo, além das atividades acadêmicas curriculares já referidas no item (Organização didático pedagógica).

A UFRA fomenta a participação de discentes e docentes em Programas que contribuirão em sua formação holística, a saber, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica; o Programa de Educação Tutorial (PET) que é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o Programa de Tutoria Acadêmica (PTA), previsto no Regulamento de Ensino dos cursos de graduação da UFRA, visa proporcionar aos discentes uma condição de orientação permanente através de um docente do curso (tutor); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) consiste em estágio na rede pública de ensino visando antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula; Programa de Monitoria é direcionada à melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação envolvendo professores e alunos, na condição de orientadores e monitores e o Idioma sem Fronteiras (IsF) que é um programa que promove ações de políticas linguísticas para a internacionalização do ensino superior brasileiro, ofertando residência a

professores de língua estrangeira em formação inicial e continuada, para a capacitação de profissionais para a internacionalização.

10.2. Políticas de Ensino voltadas às Licenciaturas e interação com a Educação básica

A formação de professores tem proposto diversas indagações a grandes teóricos que inspiraram vastos trabalhos de pesquisa. Segundo Nóvoa, “a formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma nova personalidade docente” (1995, p. 24), estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas. Nóvoa afirma que:

estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (...). A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de refletividade crítica sobre as críticas e da construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (Nóvoa, 1995, p. 25).

De acordo com Barreto (2015) os professores são:

“[...] o terceiro subgrupo ocupacional mais numeroso no Brasil. Para atender aos 51 milhões de alunos da escola básica, existem por volta de dois milhões de professores, 80% deles no setor público. Não surpreende, portanto, que, para prover a qualificação de uma categoria profissional tão numerosa, os próprios processos da formação de docentes venham exercendo um forte papel impulsor do crescimento do ensino superior no Brasil”.

Dessa forma, as políticas públicas voltadas para a Educação de vários estados e municípios e a promulgação da Constituição Federal, em 1988, favoreceram a explicitação das condições do exercício da profissão docente. Diante disso, a “formação de professores reflexivos compreende a um projeto humano emancipatório. Desenvolver pesquisas nessa tendência implica posições político educacionais que apostam nos professores como autores na prática social” (Pimenta, 1999, p. 31).

Entre as iniciativas, ressalta-se o resgate do concurso público, a formulação de políticas de formação de professores, capacitação em serviço, o incentivo à realização de cursos de aperfeiçoamento, a especialização e as propostas de planos de cargos e carreira.

Assim, a educação básica representa um campo fértil para a formação de professores e certamente um mercado de trabalho de dimensões singulares para os docentes. Contudo, há dinâmicas internas do próprio sistema de educação e também do sistema de mercado que contribuem para ampliar ou retrain a oferta e a procura dos cursos que formam esses profissionais.

Do total de cursos registrados pelo Censo da Educação Superior de 2011, 26% deles eram de formação de professores para a educação básica. A expansão dos cursos de formação docente no país acompanha, em linhas gerais, a expansão das oportunidades educacionais à população.

Um marco regulatório decisivo para a formação docente nas últimas décadas tem sido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996). Acompanhando a tendência mundial, ela determina que os professores de todos os níveis educacionais sejam formados em curso superior. Não sem motivo, a mesma lei passa a considerar a educação a distância (EaD) como modalidade de educação formal em todos os níveis de ensino, o que favorece a expansão da formação docente exigida.

A UFRA, em seu PPI e PDI, evidenciando a importância dessa formação de professores na Amazônia, possui um desenho curricular voltados para o ensino público de qualidade nas escolas de Educação Básica em seu Sistema Regular de Ensino e em outros Programas de Formação de Professores, a exemplo o PARFOR/UFRA e outros programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB).

Dessa forma, com o objetivo de refletir e construir propostas para o aperfeiçoamento da Prática como componente curricular apresenta-se as orientações para uma política institucional de formação de professores para a educação básica em consonância com política de desenvolvimento deste componente denominado “política institucional de apoio para a formação de professores” no âmbito do PARFOR e de outros programas de formação de professores desta IES voltados para a primeira formação dos alunos e sua formação continuada para o alcance da excelência e da qualidade social:

- a) proporcionar ambientes para a socialização de conhecimentos pedagógicos, onde serão compartilhadas e divulgadas experiências entre alunos, professores e pesquisadores à formulação coletiva de proposições para a melhoria da prática docente, propiciando e oportunizando a inclusão dos profissionais envolvidos com a educação na ambiência acadêmico-científica.
- b) ao compromisso com a formação inicial e continuada de professores para a educação básica, guardando consonância com as Resoluções do Conselho Nacional de Educação que tratem da formação dos profissionais do magistério para a educação básica;
- c) à integração com as redes de educação básica;
- d) articulação entre as licenciaturas, a pesquisa e a extensão.
- e) manutenção do colegiado institucional composto por representantes das redes de educação básica, dos programas de formação de professores, das licenciaturas em suas diferentes áreas, da extensão e da pós-graduação que atuam na formação de professores da educação básica, admitido outros representantes, visando promover a articulação dos cursos de licenciaturas, dos programas e dos projetos, a aplicação de recursos e a concessão das bolsas de acordo com os regulamentos das instituições de fomento;

- f) criação e manutenção do Fórum de Licenciaturas desta IES vinculado à Pró-reitoria de graduação, com o objetivo de integrar a política de formação de professores da educação básica na IES
- g) manutenção na Infraestrutura administrativa para apoiar a implementação das decisões do colegiado e a realização das atividades de gestão e execução de recursos e bolsas.
- h) busca permanente de acesso e atualização de referenciais teórico-metodológicos, de modo a garantir o desenvolvimento articulado dos agentes universitários – como cidadãos e profissionais – bem como da Instituição;
- i) produção política e economicamente relevante de novos conteúdos da ciência e da tecnologia;
- j) apoio à titulação e à capacitação;
- k) compromisso com a formação permanente enfatizando o pensar e o agir autônomos e a busca integrada do desenvolvimento pessoal, profissional e institucional.
- l) promover a socialização de experiências entre professores formadores e professores cursistas, por meio de apresentação de comunicações orais e pôsteres em eventos internos e externos à esta IES;
- m) criação e manutenção de laboratórios de Práticas pedagógicas que servirão de espaços para projetos de intervenção ou questões identificadas nos ESOS que podem ser trabalhados nos laboratórios, como reuniões/oficinas com professores da educação básica, reunião com pais e professores da escola, para participar de palestra de professores, psicólogos e/ou pedagogos da UFRA, construção ou adaptação de materiais didáticos segundo teorias existentes, etc.;
- m) articular teoria e prática no processo de formação docente, envolvendo todos os atores numa formação de constante construção de conhecimentos para que haja uma aprendizagem significativa;
- n) promover fóruns de licenciatura e formação de professores como processo de interação da teoria com a prática adaptando a realidade da instituição;
- o) promover a discussão conjunta entre professor formador e professor cursista sobre os assuntos teóricos da disciplina e criar estratégias e propostas para direcionar o tema em projetos de intervenção;
- p) possibilitar que as políticas para a formação de professores desta IES além de ser meio para intervir no ambiente escolar deve ser um espaço para hipóteses e discussão para elaboração de relatórios ou artigos;
- q) elaboração de projetos que estabeleçam a junção, cooperação entre escolas, professores, alunos e comunidades;
- r) participação na construção do Projetos pedagógicos das escolas;
- s) realizar projetos de extensão dentro das escolas;
- t) compreender as políticas de formação de professores como uma complementação para enriquecer o estágio, já que ambas tem como lócus a prática, o exercício docente;
- s) consolidar as políticas de formação de professores desta IES como momento de reflexão de iniciação a pesquisa e com repercussão nas escolas:

- s.1) na divulgação das atividades desenvolvidas nas escolas;
- s.2) na mudança de valores e comportamentos no ambiente escolar;
- s.3) Na qualidade do ensino e aprendizagem
- s.4) Na construção de saberes interdisciplinares, além de colaborar para a mudança nas atividades realizadas pelos professores;
- s.5) No trabalho coletivo que envolve todos os funcionários, corpo docente e a comunidade, estimulando todos os sujeitos do ambiente escolar em participar vivenciando.

O nosso intuito, enquanto instituição de ensino superior, em desenvolver atividades capazes de modificar positivamente a realidade escolar deste estado foi e é o que nos impulsiona a executar o PARFOR/UFRA ou outros programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB).

Durante o período de execução do PARFOR dentro desta Universidade, atravessamos muitas estradas de chão, de rios e céus deste estado que é desafiador por sua grandiosidade e especificidade. Assim, para superar esses desafios foi necessário traçarmos um pacto num regime de colaboração entre a Capes, a Secretaria de Estado de Educação do Pará, Secretarias de Educação dos Municípios e graças a essas parcerias e com todo o envolvimento institucional da UFRA, podemos afirmar que o PARFOR/UFRA e outros programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) são programas de grande sucesso para a melhoria da qualidade de ensino em nosso estado.

10.3. Políticas de Ensino a distancia

O Núcleo de Educação a Distância – NEAD, da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA vem ampliar as possibilidades de democratização do ensino desta Instituição, por meio do acesso aos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, que são ofertados pelos Institutos responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão, que são os seguintes: Instituto de Ciências Agrárias (ICA); Instituto da Saúde e Produção Animal (ISPA); Instituto Sócio-Ambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH) e Instituto Ciberespacial (ICIBE).

Objetivamos promover ensino, pesquisa e extensão por meio do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aplicadas à modalidade de Educação a Distância, para a ampliação e flexibilização do acesso à educação. Dessa forma, facilitar o acesso à formação a nível de formação continuada, graduação e pós-graduação, proporcionando um sistema de educação aberto e flexível.

Com a intenção de aproximar os cursos de graduação à modalidade de ensino a distância, optamos por flexibilizar, de acordo com interesse de cada curso, parte de suas cargas horárias de

acordo com que estabelece a Portaria 1.113/2016, que trata da oferta de até 20% da carga horária do curso de graduação pela modalidade a distância.

De acordo com portaria 1.134/2016:

Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

§ 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Dessa forma, é permitido, de acordo com a referida Portaria, a oferta de até 20% (vinte por cento) da carga horária do curso por intermédio de modalidades de educação a distância, onde se poderá optar pela oferta de disciplinas totalmente a distância ou com carga horária mista, com momentos presenciais e a distância.

Para o suporte do ensino a distância na UFRA, contamos com o Sistema de Integração de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), o qual, propicia que atividades a distância possam ser gerenciadas por meio do módulo EAD, bem como há a possibilidade das atividades a distância serem gerenciadas pelo MOODLE institucional, software livre de apoio à aprendizagem em trabalho colaborativo.

10.3.1. Diretrizes

- Adequação e ampliação de uma rede de serviços de informação e comunicação para dar suporte aos projetos em EaD;
- Efetivação de parcerias internas e externas para a oferta de cursos e serviços em EaD;
- Oferta de cursos e desenvolvimento de projetos e programas na modalidade de EaD;
- Desenvolvimento de ações que incentivem e apoiem a inserção das TIC na sociedade;
- Desenvolvimento de produtos e serviços que atendam as demandas sociais e possibilitem a criação e socialização do conhecimento.
- Estabelecimento de redes de comunicação e cooperação para o intercâmbio de informações educacionais, científicas e tecnológicas;

10.3.2. Concepção de Educação a Distância

A Educação a Distância, é definida pela LDB 9394/96, no artigo 80 e regulamentada pelo Decreto Federal 2494, de 1998, onde institui: “Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e

veiculados pelos diversos meios de comunicação”. Desta forma, como uma modalidade de ensino-aprendizagem mediatizada, deve considerar dois principais componentes de uma nova pedagogia, destacados por Belloni (1999): a utilização cada vez maior das tecnologias de produção, estocagem e transmissão de informações, por um lado, e, por outro, o redimensionamento do papel do professor. Este tende a ser amplamente mediatizado: como produtor de mensagens inscritas em meios tecnológicos, destinadas a alunos a distância, e como usuário ativo e crítico e mediador entre estes meios e os alunos.

Deste modo, a EaD pode contribuir significativamente não só para a transformação dos métodos de ensino e da organização do trabalho pedagógico, mas também para a utilização adequada das tecnologias de mediatização da educação, implicando, nesse caso, uma redefinição da comunicação nos processos educacionais.

A difusão da internet exige educação mais flexível, a partir do reconhecimento da necessidade de aprender de forma contínua, pois “as pessoas terão que mudar e adaptar-se para viver, não em um mundo diferente, mas em vários [mundos] que se irão criando sucessivamente” (CASTELLS, apud DE BENITO, 2003), tornando vital superar propostas de educação baseadas na transmissão de pacotes de conhecimentos sistematizados que proporcionam educação bancária (FREIRE, 1999), empobrecedora da formação, da atuação profissional e da participação social.

Para Ravet e Layte (1999, p.3), “today, the computer can be used not just to assemble media but to create whole new virtual worlds and real experiences”. A afirmação traz implícita a concepção de ferramentas didáticas, isto é, o computador, que possibilita uma tomada de consciência significativa, propiciando ao educando a apropriação dos mecanismos de sua ação, avanço no aprender, a transformação e a construção do mundo que aí está, à medida que ele aprende como sujeito de sua própria prática.

A relação entre educação a distância e educação presencial, mais que dicotômica, mostra-se contínua, dialética e reconfigurada pela mediação tecnológica, em função da natureza, objetivos e conteúdos dos cursos.

A Educação a Distância no enfoque anteriormente descrito tem como ponto central a comunicação, que constitui o instrumento para a retroalimentação permanente do processo educativo. Torna-se, então, fundamental uma abordagem que considera o diálogo e concebe os alunos como participantes interativos no ensino e na aprendizagem a distância.

O termo diálogo envolve a ideia de que os seres humanos em comunicação se ocupam ativamente da produção e troca de significados. Os alunos passam a ser compreendidos como agentes-chave da sua própria aprendizagem, conduzindo individual e coletivamente o processo, tanto no que respeita aos meios que utilizam, como aos conteúdos que aprendem.

E como ficam os conceitos de mediação e interação nessa perspectiva? Na educação a distância, o diálogo pode ser encorajado a partir de diferentes formas, proporcionando ao aluno conhecimento, habilidades, ideias e valores pertinentes as suas necessidades e interesses, os quais podem ser usados para entender, gerenciar e/ou mudar o contexto social em que estão inseridos (CERNY, 2001).

Nesse sentido a educação a distância é entendida como uma modalidade de ensino com características específicas que permite criar um espaço para gerar, promover e implementar situações em que os alunos aprendam. O traço distintivo desta modalidade consiste na mediatização das relações entre os docentes e os alunos (LITWIN, 2001, p.14).

Assim, o conceito de aprendizagem nesta concepção é permeado por três princípios centrais: interação, colaboração e autonomia:

- Interação: “[...] é relacional, ocorre entre indivíduos e entre um indivíduo (ou muitos) e o contexto no qual este se insere e age sobre, em determinado momento” (MORAES, 2004, p.73);
- Colaboração: carrega um aspecto de sincronicidade, de algo que acontece em tempo real. A aprendizagem colaborativa, por pressupor colaboração síncrona na construção do conhecimento, implica ambientes de aprendizagem fortemente interacionistas, onde as interações entre diferentes níveis de conhecimento, a tomada de decisões em grupo e a realização de tarefas conjuntas não apenas facilitam a aprendizagem (MARTINS, 2002).
- Autonomia é estimulada quando os alunos são compreendidos como seres autônomos, gestores de seu processo de aprendizagem, capazes de se autodirigir e autorregular. As experiências dos alunos são aproveitadas como recurso de aprendizagem (BELLONI, 1999). A construção desta autonomia depende em parte das pautas interativas proporcionadas pelo ambiente de aprendizagem.

Partindo desses princípios, o grande desafio é que comecemos a trilhar caminhos na EaD, de modo a superar a centralização do processo nos meios técnicos e avançar para propostas que realmente privilegiem a aprendizagem autônoma e promovam a construção do conhecimento, possibilitando interação, mediação e níveis de auxílio ao sujeito que aprende.

10.3.3. Organização do Processo de Ensino-Aprendizagem: O Modelo Pedagógico do NEAD/UFRA

Para a organização do processo ensino-aprendizagem delineou-se um Modelo Pedagógico onde se tem como linhas fundamentais de ação:

a) a diminuição da distância, por meio da construção da proximidade e do senso de pertencimento do aluno à instituição;

b) a promoção da interação entre aluno e tutor, aluno e conteúdo, aluno e aluno e por fim aluno e instituição;

c) a mediação destas interações por meio da elaboração de materiais didáticos especialmente formatados e da apropriação das tecnologias disponíveis.

O objetivo do “modelo pedagógico” é garantir que os cursos e materiais didáticos desenvolvidos pelo NEAD promovam o engajamento dos alunos em atividades de aprendizagem visando o desenvolvimento da capacidade de análise, síntese e avaliação e a geração de conhecimento.

Neste modelo, o aluno é visto como centro do processo de ensino e aprendizagem. Tal visão pressupõe um aluno adulto e capaz de aprender de forma autônoma, uma vez que devidamente estimulado e apoiado por diferentes agentes (tutores, monitores, técnicos) e que lhe for oferecido e facilitado o acesso aos recursos necessários para a sua aprendizagem. É de fundamental importância que os alunos tenham, em seu processo de aprendizagem, acesso a flexibilidade de processos, amplas possibilidades de cooperação, personalização e interatividade (UOC, 2003).

Os processos de construção da proximidade e pertencimento serão mediados de forma direta pelos tutores e monitores. Tais agentes oferecerão apoio ao aluno por meio de atividades de informação, atendimento e acompanhamento.

A interação com os agentes docentes – tutores/professores/orientadores e não-docentes – monitores e suporte técnico, é facilitada pela utilização de recursos disponíveis na plataforma de aprendizagem, garantindo diferentes oportunidades de comunicação síncrona e a assíncrona.

10.4. Políticas de Avaliação na Graduação

10.4.1. Avaliação acadêmica dos discentes

Um projeto pedagógico necessita de avaliação permanente e este conceito também é válido para o desempenho do aluno, que deverá ter um constante acompanhamento. O processo de avaliação permanente por muitos é compreendido com a aplicação permanente de instrumentos de verificação do desempenho. Isso é um equívoco porque a avaliação pressupõe ação executada e, se o professor aplicar sucessivos instrumentos sem que haja o tempo para o processamento da aprendizagem, na realidade estará “poluindo” a ação educativa com excessivos testes e trabalhos que nem sempre demonstram o desempenho do estudante.

A avaliação que se prega, é, portanto, o acompanhamento constante, a observação, o diálogo, o exercício, a aplicação prática que poderá resultar na aplicação coerente de instrumentos de verificação do desempenho acadêmico.

É clássica a identificação de três possibilidades que favorecem a realização de uma avaliação nas modalidades: diagnóstica, formativa e somativa. O efeito cumulativo do desempenho do aluno terá como prevalência, aspectos qualitativos, sobrepondo-se aos quantitativos.

Avaliação Diagnóstica – por meio de observação contínua, deve ser constante e representada pela permanente apreciação do professor em relação ao desempenho que o aluno apresente. Exige que seja bem realizada, tendo por base a dedicação e o interesse por parte do professor, que para efetivá-la, em padrão aceitável, considerando que todas as atividades executadas pelo aluno para atingir o objetivo desejado, são sempre significativas e, por serem sistemáticas, contemplando o conjunto de atividades integrais desenvolvidas por ambos, no processo de ensino - aprendizagem.

Avaliação Formativa – designa análises de desempenho em intervalos relativamente curtos, o que além de tornar-se significativa, é importante para a evolução do aluno.

Exige metas que devem ser atingidas em prazos mais espaçados, daí ser consolidada em etapas parciais e em graus de complexidade crescentes, já que envolve a necessidade de desdobrar objetivos educacionais previamente definidos de maneira mais global.

Avaliação Somativa – tem por objeto, a apreciação muito geral do grau em que os objetivos amplos foram atingidos, como parte substancial de etapas concluídas de aprendizagem, consolidadas durante todo o desenvolvimento do Curso de formação do profissional médico.

A avaliação deve, como expressa HOFFNANN (2001), analisar teoricamente as várias manifestações dos alunos em situações de aprendizagem, para acompanhar as hipóteses que vêm formulando a respeito de determinados assuntos, em diferentes áreas de conhecimento, de forma a exercer uma ação educativa que lhes favoreça a descoberta de melhores soluções ou a reformulação de hipóteses preliminarmente formuladas.

10.4.2. Avaliação de desempenho docente

A Comissão Permanente de Avaliação da Ufra - CPA, desenvolve seus trabalhos conforme os termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, a qual instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A CPA Ufra obedece às seguintes diretrizes:

I – é constituída por ato do Reitor com previsão no Estatuto e PPI da Ufra, a qual assegura a participação equânime de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada;

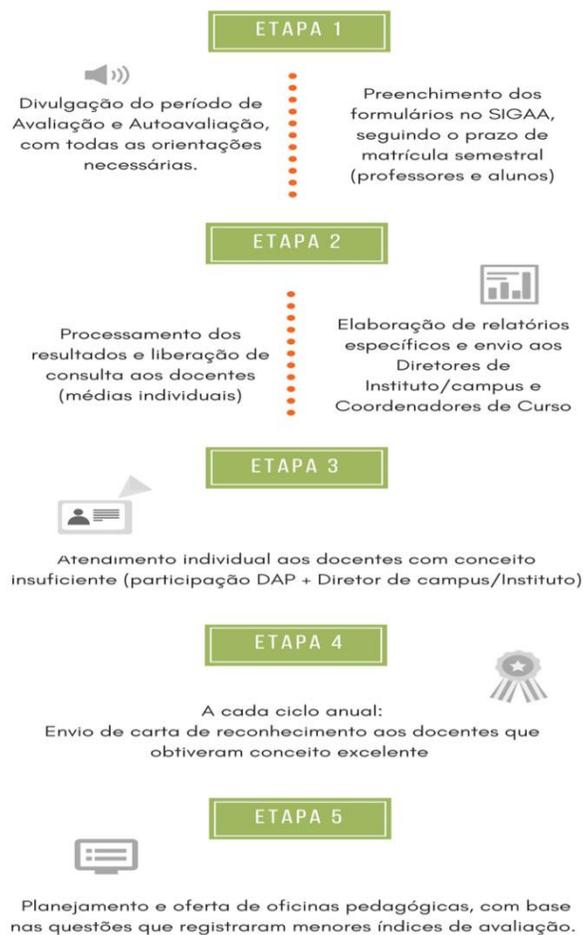
II – A mesma possui atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição;

Deverá aplicar metodologia inovadora com a função de tornar mais eficaz e eficiente a avaliação da gestão das IES por meio de contribuições para a readequação dos objetivos, metas e ações do Planejamento Estratégico da instituição. Essa avaliação é mais ampla e abrange todos os aspectos e atividades desenvolvidas na Instituição.

Um outro formato de avaliação que deverá ocorrer na Ufra é a Avaliação do desempenho da Docência, realizada ao final de cada semestre letivo, envolvendo além da avaliação do docente pelo estudante, a autoavaliação do docente (incluindo avaliação da turma) e a autoavaliação do discente. Mas numa perspectiva de completude da avaliação. Para que tenhamos parâmetros maiores de respostas às questões de ensino na Ufra. O processo avaliativo e autoavaliativo deve ser elaborado para funcionar em estágios, sob a responsabilidade da Divisão de Apoio Pedagógico da Pró-Reitoria de Ensino. Os dados obtidos se estabelecem como norteadores para a consecução dos objetivos formativos, com a função de orientar e harmonizar a prática de ensino na Universidade. Uma das finalidades do diagnóstico é o feedback sobre o desempenho, contudo, a ação se estende para além do papel de indicador do desenvolvimento profissional, compreende, ainda, a gestão dos resultados e o levantamento das necessidades de formação/capacitação, no sentido de contribuir para o aprimoramento pedagógico.

Para a elaboração da proposta de Avaliação de desempenho da docência, consideramos o fluxo abaixo, como parâmetro:

AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA DOCÊNCIA DA UFRA



10.4.3. Avaliação das coordenadorias de curso

Da mesma forma que todas as avaliações devem ser realizadas por todos os ângulos possíveis, os coordenadores também devem ser submetidos a avaliações constantes, tanto pelos discentes e docentes quanto pela Administração Superior e pelo próprio Ministério da Educação. Os coordenadores de curso serão avaliados semestralmente pela PROEN/DAP, no mesmo período que os discentes avaliam os docentes. Serão avaliados pelos discentes do curso, docentes que ministram disciplinas no semestre em vigor, pelos membros do colegiado e também realizarão sua autoavaliação.

10.4.4. Avaliação do PPC pelo NDE

O NDE deverá atuar na concepção, consolidação e atualização do PPC. Bem como, zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação, pela regularidade e

qualidade do ensino ministrado no curso pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo. Além de contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas relativas à área de conhecimento do curso e emitir pareceres em assuntos relacionados ao PPC, ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso, quando solicitado. Dessa forma, o NDE fará avaliações no Projeto Pedagógico do Curso a cada dois anos, conforme as normativas presentes no Regulamento de Ensino Institucional.

10.5. Políticas de Gestão do Ensino

A Gestão de Ensino está fundamentada nas mesmas bases conceituais da instituição, no que tange a formação das decisões colegiadas. Partindo de um princípio mais democrático, viabilizado pelo modelo paritário, onde cada ente que compõe a comunidade universitária tem sua representatividade. Emergindo assim uma concepção de democracia que transcende a instrumentalidade e busca abranger a dimensão sociopolítica da Gestão Pública (DE PAULA,2012). Além dos membros internos, buscar-se-á parceria, com a participação de membros externos à Ufra, como elo representativo da sociedade em geral (a exemplo de Ong's, egressos, empresas, outras instituições públicas dentre outras).

O êxito de uma forma deliberativa de democracia depende da criação de condições sociais e de arranjos institucionais que propiciem o uso público da razão. A deliberação é pública na medida em que esses arranjos permitam o diálogo livre e aberto entre cidadãos capazes de formular juízos informados e racionais em torno às formas de resolver situações problemáticas, ou até mesmo novas ideias e redirecionamentos quando necessário (Bohman, *apud* de Paula, 2012, pag. 161).

A dinâmica institucional permite o trabalho nessa perspectiva, tendo em vista que desde a transformação de Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, para Ufra, já praticava esta forma democrática de decisão colegiada, por meio da paridade nos Conselhos.

Ainda no contexto democrático, que estamos tecendo como base para Gestão do Ensino, constituir-se-ão Fóruns Temáticos, para ampliação de discussões, publicizando temas de interesse coletivo, abrindo espaço para discussão, confronto e geração de ideias. E que estas possam gerar propostas de novas políticas de ensino, revisão das que estão pactuadas no PPI, ou ainda propostas de resoluções de problemas comuns ou setoriais. Propiciando fluidez e dinamismo nas resoluções/adaptações das questões relacionadas ao ensino.

Na perspectiva dessa interação entre o setor público e a sociedade, a transparência, a publicidade das ações é questão *sine qua non* para legitimar as ações, ultrapassando a questão normativa que regulamenta esta área, mas num sentido de compromisso político e social da instituição com os

mesmbros da sociedade. Estamos convictos que as ações para a transparência no setor público, é reflexo do avanço da democracia participativa e do despertar da cidadania.

A articulação entre as demais pró-reitorias que compõe a instituição, é outra estratégia para que haja ações mais harmônicas e trabalho numa perspectiva sistêmica. A articulação constante entre a tríade ensino-pesquisa-extensão, permitirá uma consistência para inovação, beneficiando e fortalecendo as ações individuais e coletivas. Esta articulação também deve ser realizada com empresas e outras instituições de ensino e pesquisa.

Nos desafiamos a ultrapassarmos modelos organizacionais com estruturas mecanicistas, onde a estrutura do poder de decisão é centralizada , projetadas a induzir as pessoas a se comportarem de maneira responsável e previsível. Em contraposição a esta estrutura projetamos uma Estrutura Orgânica, promovendo flexibilidade para que as pessoas iniciem mudanças.

As estruturas orgânicas são descentralizadas, de modo que a autoridade do poder de decisão seja distribuída por toda a hierarquia. As pessoas têm autoridade de tomar decisões de acordo com a necessidade da organização (JONES, 2010).

Os papéis são definidos para que as pessoas desenvolvam habilidades diferentes, continuamente é permitido ter novas experiências, novas formas de desenvolvimento, de resoluções de problemas.

Nessa perspectiva de mudanças, não podemos perder de vista a necessidade de avaliarmos constantemente nossas ações, para tanto, além das avaliações da Comissão Permanente de Avaliação - CPA, realizaremos avaliações constantes para medir a eficácia do Ensino institucional, numa perspectiva que vai além de instrumentos burocráticos de controle, mas o trabalho de retroalimentação do sistema, para reforçar/aumentar os pontos positivos e ações corretivas para as lacunas encontradas.

10.6. O Projeto Pedagógico de Curso de Graduação – PPC

A construção dos currículos dos cursos de graduação da UFRA deverá partir da visão institucional, do perfil do profissional que pretende formar, da inserção regional e da necessidade da construção de um projeto pedagógico para o desenvolvimento dos currículos.

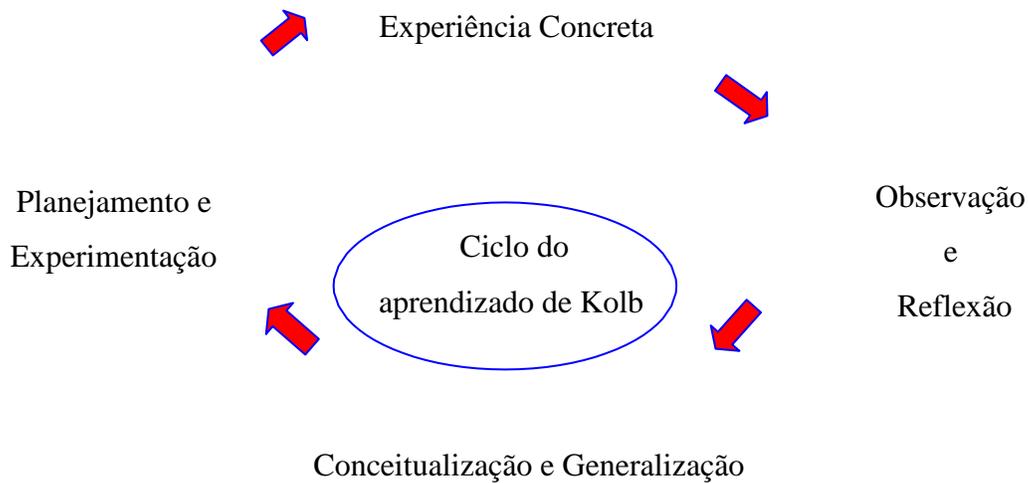
Este projeto, longe de ser apenas um documento burocrático, deverá expressar a identidade de cada curso, consolidando uma proposta de trabalho que preveja o desejo ou necessidade de se alterar o presente, com vistas ao futuro, portanto planejar a ação presente, com vistas à transformação da realidade futura, considerando-se a possibilidade real de vir a existir (SILVA, 2000).

O principal desafio desta mudança desejada é a superação do enfoque disciplinar para a concepção de currículos integrados através de eixos transversais que possibilitarão a abordagem do conhecimento em sua totalidade.

Inicialmente a construção curricular deverá partir da idéia de currículo em “espiral”, que representa a complexidade crescente dos saberes e a ruptura existente entre o ciclo básico e profissional na graduação. Esta compreensão deverá estar clara na comunidade acadêmica, destacando-se que o modelo em espiral não significa a hierarquização do conhecimento mas a sua integração e abrangência crescentes.

Neste modelo, o ensino deverá estar centrado no aluno, como sujeito da aprendizagem e no professor, como agente facilitador no processo de construção do conhecimento; as coordenações de cursos deverão desenvolver ações integradas e a organização estrutural da instituição deverá estar adequada, permitindo um fluxo contínuo entre o planejar, o executar e o avaliar e a visão administrativa centrada no pedagógico.

Os cursos serão projetados de modo que reflitam os princípios de aprendizado associados com os ciclos de aprendizado, definidos por Kolb, conforme expressa o diagrama abaixo:



Os PPC's são elaborados e reestruturados tomando como instrumentos norteadores as Diretrizes Curriculares dos cursos de Graduação, todas as legislações pertinentes ao curso de graduação, a Resolução da Ufra que trata da Elaboração e Reestruturação de PPC's e do Manual de Elaboração de PPC's da PROEN.

11. POLÍTICAS DE PESQUISA

A pesquisa é uma função indissociável da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) voltada à busca de novos conhecimentos que servirão de referência, sempre que possível, aos dados da realidade local, regional e nacional, sem, contudo, se dissociar de contextos mais amplos relacionados a fatos descobertos e de suas interpretações.

As políticas institucionais para a Pesquisa na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) visam prioritariamente expandir e melhorar a qualidade da atividade científica, com a preocupação na formação de novos pesquisadores, conscientes, comprometidos, com responsabilidade social, capazes de reconhecer e atender às demandas regionais.

A Divisão de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PROPED) é responsável pelo cadastramento e acompanhamento das pesquisas desenvolvidas pelos docentes e discentes de pós-graduação da universidade, assim como, através do Programa de Iniciação Científica – PIBIC, das pesquisas desenvolvidas pelos discentes de graduação.

A Proped incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, destacando-se:

- a) Realização de convênios com agências nacionais e internacionais, visando programas de investigação científica e cultural;
- b) Intercâmbio com outras instituições científicas e culturais, estimulando contatos e desenvolvimento de projetos comuns entre si;
- c) Divulgação dos resultados da pesquisa e da extensão realizadas em suas unidades;
- d) Promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debate de temas científicos e culturais.

Atualmente a UFRA está desenvolvendo 486 projetos de pesquisa. Desses 309 são coordenados e/ou executados pelos professores e estudantes de pós-graduação, e 177 são coordenados pelos professores e executados pelos estudantes de iniciação científica (graduação).

Na Iniciação Científica, são 180 bolsistas ativos de graduação, financiados pelo CNPq, Fapespa e pela própria Universidade, desenvolvendo seus planos de trabalhos nas mais diversas e relevantes áreas de conhecimento.

A UFRA possui 26 linhas de pesquisas cadastradas na PROPED:

1. Ambiência e bem estar animal

2. Aqüicultura
3. Biologia, pesca e manejo de organismos aquáticos
4. Biotecnologia e melhoramento animal
5. Biotecnologia, genética e melhoramento vegetal
6. Ciência e tecnologia de alimentos
7. Ecologia, manejo e conservação de ecossistemas
8. Fertilidade de solo e nutrição de plantas
9. Gestão de recursos hídricos
10. Manejo de pragas
11. Manejo e conservação do solo
12. Monitoramento e qualidade ambiental
13. Morfofisiologia animal
14. Morfologia e sistemática de organismos
15. Nutrição e produção animal
16. Produção vegetal e agroecossistemas
17. Sanidade e reprodução animal
18. Silvicultura de plantações e de florestas naturais
19. Socioeconomia, meio ambiente e desenvolvimento local
20. Tecnologia e utilização dos recursos florestais
21. Interações Biosfera-Atmosfera
22. Educação
23. Modelagem matemática e computacional
24. Computação aplicada
25. Geociências
26. Inovação, Engenharia, Ciência e Tecnologia

A pesquisa na UFRA visa contribuir para a geração de novos conhecimentos voltados para a resolução de problemáticas ambientais, econômicas e sociais do Estado do Pará e conta com o apoio de diversos órgãos de fomento, tais como: CNPq, CAPES, Fapespa, Embrapa, Fapemig, Cikel, ADA, Vale, USP, Ceplac, ITTO, Sagri, Funpea, Petrobrás, Sema, entre outros.

Atualmente, a UFRA possui 07 programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, distribuídos em 07 cursos de mestrado e 03 cursos de doutorado, sendo eles: Mestrado e Doutorado em Agronomia, Mestrado em Aqüicultura e Recursos Aquáticos Tropicais, Mestrado em Biotecnologia Aplicada à Agropecuária, Mestrado em Ciências Biológicas, Mestrado e Doutorado em Ciências Florestais, Mestrado em Produção Animal na Amazônia e Mestrado e Doutorado em Saúde e Produção Animal na Amazônia.

Os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* são ofertados no Campus Belém e, também, no Campus Parauapebas que, desde de junho/2017, oferece o curso de Mestrado em Produção Animal. Além dos cursos de *Stricto Sensu*, a UFRA possui o curso de especialização *Lato Sensu* em Residência Multiprofissional em Medicina Veterinária, inclusive, este foi o primeiro curso de Especialização na área, da Região Norte, e, entre novembro/2011 e maio/2013, ofertou o curso de especialização em Gestão Pública para os Técnico-administrativos lotados na Instituição.

11.1. Política de ensino de Pós-Graduação

A Pós-graduação representa atualmente uma importante atividade da UFRA responsável pela capacitação de recursos humanos altamente qualificados e por grande parte da produção científica da instituição. Assim, é de fundamental importância o desenvolvimento da política de pós-graduação visando direcionar os esforços no sentido da qualificação profissional e ampliação dos cursos de pós-graduação.

11.2. Políticas de ensino de pós-graduação e pesquisa voltadas às licenciaturas e interação com a educação básica

A UFRA junta-se ao conjunto de instituições de ensino superior empenhadas em cumprir a meta 15 do PNE que estabelece que seja assegurada “formação específica de nível superior a todos os professores da educação básica, na área de conhecimento em que atuam”. É dentro deste contexto que a universidade tem ampliado a oferta de cursos de licenciaturas, pelo PARFOR e em cursos regulares.

As políticas de ensino, pesquisa e pós-graduação da UFRA, de forma geral, estão alinhadas às diretrizes da CAPES, e no que se refere a articulação com as licenciaturas, com a formação de professores para o exercício do magistério na Educação Básica, assume-se como política institucional o que é preconizado pela Diretoria de Educação Básica - DEB - CAPES (Relatório de Gestão DEB 2009 – 2014, Volume I, p. 4):

a concepção de formação continuada leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução do conhecimento, da ciência e da tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo entre escola pública, cursos de formação, programas de pós-graduação e rede pública de educação básica.

A Universidade deve contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento da Educação Básica, num processo que se inicia com a formação de professores e transcende para a pesquisa sobre o conjunto do fenômeno educacional, sobre as práticas e os saberes da Escola Básica, refletindo e investigando o conjunto de atores que nela atuam.

11.3. Políticas de Avaliação na Pós-Graduação

É imprescindível construir um autoconhecimento sobre os Programas de Pós-Graduação da UFRA, e das ações que estão sendo desenvolvidas, buscando os pontos positivos, as fragilidades e as proposições para melhorias, a partir das opiniões dos docentes, mestrandos, funcionários e gestores que compõem o quadro de pessoal. Nesse contexto, a implantação da autoavaliação nos Programas de Pós Graduação proporcionará a busca da qualidade da produção do conhecimento que se efetiva nos espaços dos projetos, grupos e redes de pesquisas, assim como, nas atividades desenvolvidas no ensino e suas relações com a pesquisa e a extensão.

A política institucional será de implementar um sistema de acompanhamento e avaliação paralelo ao sistema da Capes, de forma que os problemas detectados possam ser mais facilmente corrigidos e que os pontos fortes possam ser compartilhados entre os diferentes cursos. Atividades estas que contribuirão para a consolidação dos cursos.

12. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A PROEX é a responsável pela formulação, implementação e coordenação das políticas de Extensão Universitária na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). A Política de Extensão da UFRA considera a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 207, que estabelece a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão das universidades, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Missão da PROEX é formular e implementar a política de extensão universitária como processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e indispensável na formação do estudante, viabilizando relações transformadoras entre a universidade e a sociedade.

Considerando a multiplicidade de conceitos sobre a Extensão Universitária existentes no País e que a sua concepção é basilar para garantir a consecução das políticas públicas e seus desdobramentos, a definição adotada pela UFRA considera a extensão universitária como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

De acordo com o conceito supracitado, a dimensão pedagógica faz-se essencial à formação superior, ao exercício e aprimoramento profissional. Nesse sentido, as definições do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) também são levadas em consideração, como balizamento para Avaliação Institucional e de cursos.

As políticas de Extensão Universitária da UFRA estão coerentes com o Planejamento Estratégico Institucional da UFRA 2014-2024, sendo todas as atividades extensionistas praticadas vinculadas ao

processo de formação discente, com relevância acadêmica, científica e social. Portanto, as atividades de Extensão da UFRA estão alinhadas com sua Missão e, conseqüentemente, com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024.

Todavia, o PNE 2014 – 2024, na Estratégia 12.7, assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão na Educação Superior, orientando sua ação, primordialmente, para áreas de grande pertinência social. Isso demonstra o desafio da Inserção da Extensão nos currículos de graduação até o ano de 2024. Tal inserção é também chamada de “Creditação” e/ou “Curricularização” da extensão. Concomitantemente, um outro desafio é o de ampliar e fortalecer a política de Internacionalização da extensão, a ser concebida na interlocução com a Inserção Curricular, mas que deve ser subsidiada por linhas de fomento específicas.

Além disso, normas estabelecidas pela CAPES nos requisitos de implantação e avaliação dos programas de Pós-Graduação – que incluem a inserção social como item obrigatório – vêm contribuir para a formação de um cenário de valorização de extensão com impacto social, tecnológico, econômico, educacional e cultural, conduzido de forma planejada e eficaz na consecução de objetivos transformadores da sociedade. Com isso, mais programas e projetos de extensão estarão vinculados a atividades de pesquisa regularmente registradas na UFRA, efetivando a indissociabilidade.

12.1. Diretrizes

A política de extensão da UFRA valoriza a contribuição na forma integral de graduandos e pós-graduandos e, também, o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com a sociedade. Considera, ainda, a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social da UFRA, sem esquecer a promoção da reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa e o estímulo à formação do estudante como cidadão responsável e tecnicamente atualizado.

No âmbito da UFRA, as atividades de Extensão Universitária estão contemplando as orientações da Políticas de Extensão na Educação Superior Brasileira, definindo princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados nas políticas e na gestão, bem como no planejamento e nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação superior do país.

Dito isso, a política de extensão da Universidade Federal Rural da Amazônia tem como diretriz a interação dialógica com a sociedade, configurada pela participação e o contato com questões sociais complexas contemporâneas. Além disso, considera a formação dos estudantes como marcada pela vivência, experimentação e enriquecimento dos seus conhecimentos teóricos e metodológicos de modo interprofissional e interdisciplinar. Ademais, compreende a geração de conhecimento como meio de produzir mudanças na sociedade e na própria UFRA, valorizando a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, ancorada num processo pedagógico único.

As ações de Extensão na Educação Superior em toda a UFRA devem ter seu desenvolvimento e conclusão documentados e analisados de forma a organizar as metodologias, os instrumentos, os planos de trabalho e os conhecimentos comprovados e gerados. Ressalte-se, ainda, que a política de extensão da UFRA valoriza o reconhecimento do incentivo à atuação da comunidade acadêmica e administrativa na solução de demandas da sociedade amazônica e brasileira, bem como a sustentação em princípios éticos que expressem a missão, visão e valores da UFRA. Há de se observar, por fim, que tal política atua na produção e construção de saberes voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, atualizado e coerente com a realidade amazônica e brasileira.

12.2. Ações de extensão universitária

A UFRA considera ações de extensão aquelas que se enquadram em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos diversos, atividades de arte, cultura, esporte e lazer, com o envolvimento da comunidade externa e prestação de serviços, consultorias e assessorias. Essas ações serão consideradas de extensão se envolverem diretamente comunidade externa à própria UFRA e se tiverem o protagonismo ou o co-protagonismo de discentes em sua execução no processo de integração entre a Universidade e a Sociedade.

12.3. Curricularização da extensão

A curricularização da extensão tem como estratégia a sensibilização da comunidade universitária da UFRA, por meio de reuniões em diferentes setores, para a necessidade e importância do cumprimento da estratégia 12.7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação para o período de 2014 a 2024, que assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em Programas e Projetos de Extensão Universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Outra estratégia é a elaboração e apresentação de proposta de Resolução pela PROEX para ser inicialmente discutida junto à PROEN, o que culminará na formulação de um documento consistente quanto à curricularização da extensão na UFRA. Essa etapa será seguida pela elaboração de uma agenda de reuniões e visitas aos Institutos e Campi, a fim de ampliar e otimizar discussões de formas de concretização da resolução para curricularização da extensão na UFRA, junto às coordenações de cursos e seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), para posterior aprovação em CONSEPE.

Pautado na necessidade de curricularização da extensão e nas estratégias acima relatadas, deve-se promover o registro na documentação do discente, como forma de valorização e reconhecimento da

Extensão Universitária em sua dimensão formativa. Os currículos dos cursos de graduação devem, por sua vez, ressaltar o valor das ações extensionistas, caracterizando adequadamente a participação dos discentes nas ações, permitindo a obtenção de créditos curriculares após a devida avaliação crítica de sua participação.

Além disso, as ações de Extensão devem ser registradas na documentação dos docentes, como forma de valorização dos profissionais, elemento da progressão funcional, reconhecimento da Extensão Universitária e componente estratégico da UFRA. No mais, a regulamentação da UFRA/PROEX deve também estabelecer a forma de participação, registro e valorização dos servidores técnicos não docentes nas ações de Extensão Universitária.

12.4. Proposição de forma de curricularização da extensão e registro

Para fins de curricularização, a extensão deverá ser inserida nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) da UFRA, dispondo-se, a princípio, de duas modalidades: ações curriculares integradas (ACI) e atividades complementares (AC). As Ações Curriculares Integradas (ACI) já estão previstas na Resolução do CONSEPE nº243, de 11 de fevereiro de 2015 (Alteração no Regulamento de Ensino), Capítulo X – Das Ações Curriculares Integradas (ACI), Art. 100. Assim, ACI são as tarefas pedagógicas multi, inter e transdisciplinar, certificadas, desenvolvidas em Programas de Extensão cadastrados na PROEX, e computáveis como Atividades Complementares previstas no PPC de cada curso, por meio das quais se efetiva o intercâmbio de conhecimento entre a UFRA e a sociedade. Nesse sentido, pequena alteração no texto deve ser efetuada e aprovada no CONSEPE, incluindo além de Programas, a ação de extensão PROJETOS.

As atividades complementares (AC), por sua vez, envolvem carga horária com destinação específica à extensão, abrangendo as ações de discentes em cursos e oficinas, eventos diversos, atividades de arte, cultura, esporte e lazer, com envolvimento da comunidade externa e prestação de serviços, consultorias e assessorias. A carga horária mínima de extensão para esse componente curricular deve ser definida no PPC de cada curso da UFRA, visando à complementação dos 10% mínimos exigidos do total de créditos curriculares em programas e projetos de extensão, conforme previsto no PNE 2014 – 2024.

12.5. Avaliação da extensão universitária

A Extensão Universitária deve estar imbuída de uma contínua avaliação crítica de si mesma, voltada para seu aperfeiçoamento em suas características essenciais de articulação com as outras

dimensões acadêmicas, do ensino, da pesquisa, de formação do estudante, de qualificação do docente, de relação com a sociedade e da participação dos parceiros.

O sistema de avaliação da Extensão Universitária na UFRA deverá minimamente permitir a identificação de pertinência da utilização das ações de Extensão na Creditação Curricular, na contribuição das ações de Extensão para o atingimento da Missão e da Visão da UFRA e na demonstração dos resultados da aplicação de recursos financeiros recebidos. Também, a avaliação da Extensão na Educação Superior deverá integrar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, sendo considerada para o credenciamento e recredenciamento de cursos e da UFRA.

A avaliação da extensão, seja ela efetuada pelos órgãos reguladores ou por autoavaliação institucional, considerará, dentre outros, que, no mínimo, 10% da carga horária de cada curso de graduação deve ser cumprida pelos estudantes por meio da participação em ações de extensão, os quais deverão fazer parte dos PPC's dos cursos. Ademais, os Programas e Projetos de Extensão, preferencialmente, deverão estar vinculados a atividades de pesquisa e/ou de ensino regularmente registradas na UFRA, efetivando assim a indissociabilidade.

A realização de atividades de extensão deve ser um dos elementos considerados para o processo de progressão funcional dos servidores. E, nos cursos realizados a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente, em região compatível com o Campus ou Núcleo da UFRA de apoio presencial em que o estudante esteja matriculado e/ou vinculado.

13. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – **PROAES** foi institucionalizada em agosto de 2013, assumindo o compromisso junto a instituição de desenvolver ações para a melhoria do desempenho, permanência e diplomação do discente em tempo hábil.

A institucionalização desta pro reitoria vem ao encontro do Projeto Pedagógico Institucional justamente por pautar suas atividades, na maioria dos casos, visando atender as dificuldades socioeconômicas do discente, considerada como uma das causas de evasão e baixo rendimento acadêmico.

Em sua **Missão** consta *“Desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas para o acesso, para a permanência e para a conclusão de discentes matriculados nos cursos de graduação presencial da UFRA, em articulação com as demais estruturas universitárias”*

Como **Valores**: *Ética; Inovação; Gratuidade de Ensino; Competência profissional; Eliminação de preconceitos; Qualidade da Assistência Estudantil; Valorização do profissional e do aluno; Preparação para o exercício da cidadania; Articulação ensino, pesquisa, extensão e assistência; Democratização dos serviços prestados aos estudantes; Compromisso social, institucional,*

pedagógico e acadêmico; Compromisso com o aluno e com o Movimento e a Assistência Estudantil; Gratuidade de ensino; Qualidade da Assistência Estudantil; Valorização do profissional e do aluno; Preparação para o exercício da cidadania.

A partir de 2016 a Ufra ampliou seu quadro de Psicólogos, Pedagogos e Assistentes Sociais, lotando-os nos *campi* de Parauapebas, Capitão Poço, Capanema, Tomé Açu e Paragominas, possibilitando alcançar maior número de alunos atendidos.

Na lista de serviços prestados por esta unidade constam: atendimento psicológico, e de assistência social, por meio de agendamento ou demanda espontânea. Este atendimento segue o mesmo fluxo nos cinco *campi*.

Em consonância com sua **Missão e Valores** esta Pro Reitoria recorre a efetivação da política de assistência ao estudante de maneira integral, conforme descritas abaixo:

- ✓ Atendimento psicológico integrado com o Serviço Social;
- ✓ Concessão de auxílios financeiros, tendo como prioridades alunos em vulnerabilidade socioeconômica;

O PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, do Governo Federal, disponibiliza para a instituição federal de ensino uma rubrica para atender, prioritariamente alunos em vulnerabilidade socioeconômica. A análise do perfil dos alunos que serão contemplados com o auxílio financeiro (bolsa), fica por conta da equipe psicossocial (Psicólogo e Assistente Social), de acordo com edital elaborado periodicamente pela instituição.

- ✓ A PROAES também gerencia o **Programa Bolsa Permanência**: concessão de auxílio financeiro pelo governo federal para discentes de graduação devidamente matriculados e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O valor contempla alunos do curso de medicina veterinária, além dos indígenas e quilombolas. O recurso vem diretamente do MEC (Ministério de Educação e Cultura) para a conta do aluno beneficiário. Cabe a equipe da PROAES realizar a análise de documentos e acompanhamento do desempenho do discente.

Considerando que a PROAES é uma parte do universo institucional, torna-se necessário a sua articulação com as outras unidades. Abaixo são descritas as ações envolvendo outras pro reitorias:

- a) PROEN/PROAES - Os indicadores de desempenho acadêmico (aprovação, retenção e abandono) emitidos pela PROEN colaboram com a PROAES no sentido de levantar hipóteses dos motivos que possam estar contribuindo com o insucesso nas atividades escolares. Dependendo da situação o aluno é encaminhado para atendimento na Divisão de Assistência ao Estudante - DAE, podendo ser indicado ao Programa PNAES e/ou atendimento psicossocial. Esta prática vai ao encontro do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, fazendo referência a avaliação, afirmando que esta “...constituirá referencial básico ... a fim de promover a melhoria de sua qualidade” (Cap. I, § 3º da Lei 5773/2006).

b) PROAES/PROEN - Durante o atendimento psicossocial na DAE/PROAES poderá ser detectado problemas na área da aprendizagem do discente ou mesmo alguma necessidade educacional especial, sendo, desta feita encaminhado para a DAP – Divisão de Apoio Pedagógico da PROEN. Além da Proaes apoiar as atividades acadêmicas como aulas práticas em apoio pedagógico a fim de propiciar logística para atendimento multicampi.

c) PROEX/PROPED/PROAES – Nas atividades de extensão, estudantes em vulnerabilidade de cunho são apoiados em eventos de cunho esportivo, assim como, participação em eventos técnicos científicos (científica, cultural e esportiva) como política de universalização de apoio aos estudantes interessados nas atividades de extensão e pesquisa que são apoiadas pela PROAES, de acordo com Edital de viagem interestadual elaborado pela PROAES.

Tal política visa garantir a integração do discente com a vivência universitária garantindo a transversalidade na formação, esta ação reforça a permanência, bem como, sentimento de pertencimento a vida universitária. Ratificando, com isso, a proposta do Programa PNAES em seu Art. 3º onde afirma que “...deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.”

d) PROAES/INCLUSÃO – De acordo com a Minuta do Regulamento de Ensino a ser aprovado pelo CONSUN, esta pro reitoria fica com o encargo de administrar os recursos financeiros para aquisição de tecnologia assistiva (recursos e serviços) destinadas ao público alvo da educação especial descrito na Lei 13.146 de 06/06/2015. O aluno com necessidades especiais também consta no rol de atendimento da DAE/PROAES, visando garantir a permanência com qualidade e formação em tempo regular.

14. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFRA

A Universidade Federal Rural da Amazônia para o cumprimento de sua missão institucional compromete-se com uma identidade fundamentada na responsabilidade social. Essa responsabilidade embasa-se tanto nas mais diversas relações entre discentes, docentes e técnicos administrativos, nas instâncias de ensino, pesquisa, extensão e gestão, quanto nas relações que a universidade estabelece com a comunidade externa. Neste diapasão, a valorização de sua missão pública, a promoção de valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade e a afirmação da autonomia e da identidade institucional representam valores inerentes à missão institucional e aos princípios da UFRA.

14.1. Política de Sustentabilidade

Para contribuir com o desenvolvimento sustentável, a universidade precisa adotar medidas para sensibilizar e conscientizar a comunidade interna a utilizar práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais sem ultrapassar sua capacidade de suporte, consumir produtos cuja cadeia de valor minimize os impactos sobre o meio ambiente, adotar sistemas alternativos de uso de energia renováveis (solar, eólica e biomassa), de água da chuva e de poços artesianos como forma de reduzir custo, preservar as áreas verdes e cursos d'água, dar o destino adequado para os resíduos mediante coleta seletiva, reciclagem, reuso, compostagem, fazer o tratamento da água e esgoto, bem como fazer uso de transporte alternativo no *campus* como forma de reduzir o consumo de combustível fóssil, entre outras medidas e ações individuais e coletivas. Dessa forma, a Universidade pretende alinhar os PPCs e incluir temáticas que abordem e contemplem a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Ademais, estimular o desenvolvimento de pesquisas e produções científicas voltadas para o tema.

14.2. Política de Internacionalização

As atividades de cooperação da UFRA com instituições regionais, nacionais e internacionais é desenvolvida por meio da Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional (ACII) vinculada diretamente à reitoria da Universidade, cuja atribuição definida em Regimento Geral é:

articular-se com organismos do país e do exterior, no sentido de estabelecer mecanismos de cooperação mútua com a Universidade, com vistas ao desenvolvimento de projetos e parcerias no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

A UFRA busca construir com a comunidade acadêmica uma política de cooperação nacional e internacional forte, com parceiras de instituições regionais, nacionais e internacionais, em que a realização deve refletir diretamente na melhoria do ensino, da pesquisa, da inovação, da extensão e da visibilidade da Instituição perante a população nacional e internacional.

14.3. Política Étnico Racial

A UFRA está organizada com base na legislação emanada do Conselho Nacional de Educação (CNE) e, como tal, atende ao princípio da valorização e incentivo à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, conforme a Lei nº 10.639, em 2003 e o Parecer CNE/CP 3/2004 e Resolução CP/CNE nº 01, de 17 de junho de 2004.

Para o efetivo cumprimento da legislação e para a inclusão e verdadeira convivência com os diferentes sujeitos que compõe a sociedade brasileira, essa universidade se propõe a estimular e promover o convívio e respeito às diferenças e às diversidades étnica, racial, cultural, social, de crença,

sexual e outras através de ações concretas de inclusão, formação e conscientização de docentes, técnicos administrativos, discentes e comunidade acadêmica em geral; favorecer oportunidades de aprendizagem teórico-prática sobre a defesa e promoção dos direitos humanos, educação ambiental, inclusão social e igualdade étnico-racial; incentivar a criação programas multidisciplinares, multiprofissionais junto à comunidade externa, voltados a ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial; articular a oferta das licenciaturas às demandas da educação básica, incluindo temáticas referentes às relações étnico-raciais, o desenvolvimento do currículo integrado, de forma a contemplar disciplinas que tratem da história, cultura, teorias e saberes dos povos indígenas e das comunidades quilombolas; promover a contemporização e reconhecimento das questões indígenas, remanescentes quilombolas, negros, caboclos, populações ribeirinhas e do campo, assentamentos, ciganos e demais etnias e grupos sociais discriminados; garantir por meio de regimes curriculares próprios o acesso de indígenas, de forma a respeitar seus modos de organização sociocultural; assegurar o acesso aos serviços educacionais disponíveis na Instituição, com equidade, responsabilidade, considerando a diversidade étnico-racial e as diferenças relacionadas à orientação sexual, classe social, gênero, religião e idade, bem como às condições físicas e necessidades específicas dos estudantes; reunir esforços para a constituição de linhas, grupos e núcleos de pesquisa a respeito das questões étnico-raciais, especialmente indígenas e afro-brasileiras, de forma a garantir produção de conhecimento interdisciplinar a fim de que ocorreram intervenções planejadas e efetivas no que tange à inclusão e permanência de discentes indígenas, quilombolas e de outras origens étnicas; planejar e fomentar a construção de cursos de graduação e pós-graduação que formem para educação intercultural e instrumentalizem seus egressos a contribuir com as comunidades indígenas e quilombolas; fortalecer ações afirmativas de ingresso e permanência de indígenas e negros tanto na graduação como na pós-graduação.

14.4. Política de Educação do Campo

Ao promover uma boa formação dos seres humanos nos mais diversos campos da atividade econômica, as políticas educacionais da UFRA exercerão um grande papel no modo de desenvolvimento das sociedades. Portanto, para que haja mudanças significativas nesse contexto é necessário investir em ações que permitam a valorização dos profissionais egressos da UFRA, alterações na organização dos sistemas de ensino, proposições curriculares que considerem os perfis dos discentes e a transformação do papel da Instituição, tendo em vista as diferentes (e contraditórias) perspectivas sociais em jogo, as mudanças na formação inicial e continuada de profissionais e as várias dimensões da relação entre a educação e as culturas. Com vistas a contribuir com a melhoria da qualidade de ensino na Amazônia e no Brasil, a Universidade Federal Rural da Amazônia, fomentará a Educação do Campo com base na Pedagogia da Alternância, fundamentando a formação profissional

de seus discentes, na pesquisa, extensão e na intervenção educativa, pretendendo oferecer à sociedade profissionais com uma formação pautada para o trabalho em vários contextos sociais, inclusive em ambientes rurais, contribuindo assim, com o desenvolvimento da Região Amazônica.

14.5. Política de Educação Inclusiva

A UFRA assegurará condições de acesso e permanência aos locais de aprendizagem e vias de comunicação, orientação e acompanhamento discente em situações específicas, inclusive as de caráter emergencial e razoável, em conformidade com a legislação vigente. Ficam instituídos os procedimentos de atendimento educacional especial ao discente com deficiência, superdotação, altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento ou que possuir alguma necessidade específica.

A saber, considera-se: Pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.¹ Pessoa com superdotação ou altas habilidades²: educandos que apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora. Pessoa com transtornos globais do desenvolvimento³: discentes que possuem uma condição caracterizada pelo déficit persistente e clinicamente significativo da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; além de padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. Pessoa com necessidades específicas⁴: discentes que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes da saúde física e/ou mental, cuja gravidade acarrete baixa assiduidade ou exija adaptações ou medidas terapêuticas regulares e sistemáticas.

¹ Sobre este tema consultar a Lei 13.146/2015 - Brasileira de Inclusão

² Sobre este tema consultar as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica e Política Nacional de Educação Especial.

³ Sobre o tema consultar a Lei 2.764/2012- Política Nacional da Pessoa com TEA

⁴ Sobre este tema consultar a Declaração de Salamanca de 1994

REFERÊNCIAS

- BARRETO, E.S.S, **Políticas de Formação Docente para Educação Básica no Brasil: embates contemporâneos**. Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 62 jul.-set. 2015.
- BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Editores Associados, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt – **Modernidade Líquida** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 2001.
- BRASIL. Decreto N° 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de janeiro de 2009.
- _____. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.
- _____. **Relatório de Gestão DEB – 2009/2014**, Volume – 1 pag.4
- BOROCHOVICIUS, E. TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 83, p. 263-294, abr./jun. 2014.
- CERNY, R. **Avaliação da aprendizagem na educação a distância**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.
- DE PAULA, A. P. **Por uma Nova Gestão Pública**. 8 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2012.
- D'ÁVILA, Cristina Maria; SONNEVILLE, Jacques. **Trilhas percorridas na formação de professores: da epistemologia da prática à fenomenologia existencial**. In: Profissão docente: novos sentidos, novas práticas. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina (orgs.). 2004. p 23-44.
- FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GUIMARÃES, J.C.F.;SEVERO, E.A.; SERAFIN, V.F. CAPITANIO, R.P.R. **Formação Docente: Uso de Metodologias Ativas Como Processo Inovador de Aprendizagem para o Ensino Superior**, XI Mostra de Pós-Graduação em Administração da UCS. 2016
- GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.
- LITTO, F. M. (Org.) **Educação à distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- LITWIN, E. (org.). **Educação a distância: temas para uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MARTINS, J. G. **Aprendizagem baseada em problemas aplicada a ambiente virtual de aprendizagem**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. UOC – La Universidad Virtual. Formacion, investigacion y difusión. Disponível em: <http://www.uoc.edu/web/esp/universidad/modelo_educativo.html?origen=70>. Acessado em: 12 mar 2004.
- MORAES, M. de. **A monitoria como serviço de apoio ao aluno da educação a distância**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

NICOLESCU, B. **Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade**. In NICOLESCU. Educação e transdisciplinaridade. Brasília: UNESCO, 2000.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PIMENTA, S.G. **Formação de professores: Identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA, S.G. (Org.) Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

PROUST, J. **A interdisciplinaridade nas ciências cognitivas**. Revista Tempo Brasileiro, abr.-jun 1993, n.113, p. 97-118.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. Planejamento estratégico institucional da UFRA:2014-2024. Belém: UFRA, 2014. 119p. Disponível em: <<http://www.propladi.ufra.edu.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

_____. RESOLUÇÃO N°22 de 18/03/2008. Regimento das Coordenadorias de Curso de Graduação.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIVISÃO DE APOIO PEDAGÓGICO

MANUAL DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS

BELÉM – PARÁ
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DIVISÃO DE APOIO PEDAGÓGICO

MANUAL DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS

Orientações para elaboração e reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, organizadas pela Divisão de Apoio Pedagógico com a colaboração da Biblioteca do Campus Belém e da Procuradoria Educacional.

BELÉM - PARÁ

2017

1. APRESENTAÇÃO

Este manual tem como finalidade disponibilizar informações essenciais para nortear a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. Alinhados com outros instrumentos e documentos institucionais e do Ministério da Educação, objetivamos que os projetos construídos ajudem esta Instituição de Ensino Superior a formar cidadãos e profissionais altamente capacitados, com foco na responsabilidade social, formadores de opinião e sempre comprometidos com a coletividade.

Além de descrever os passos metodológicos e citar instrumentos legais, buscamos orientar para uma filosofia de trabalho pedagógico em busca de um processo democrático, projetando-se a organização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) de forma a vivenciar a superação das relações corporativas e autoritárias e promover uma construção coletiva, vivenciando o rompimento com a fragmentação em todos os níveis – das Coordenações de Curso, do corpo docente, dos discentes, do corpo técnico administrativo e da sociedade civil, sempre tendo em vista o fato de que a postura do Curso refletirá no profissional que aqui será formado, evidenciando suas características, priorizando a formação de habilidades cognitivas e competências sociais a partir do conhecimento, capacidade de processar e selecionar informações, iniciativa e criatividade – fatores indispensáveis para estes tempos marcados pela sociedade do conhecimento.

2. O PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2000).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e bases da educação – LDB instituiu-se a obrigatoriedade da construção dos Projetos Pedagógicos (PP's) nos cursos de Educação Superior, porém esta lei não trouxe uma inovação exclusiva, embora seja conveniente mencionar que esta obrigatoriedade esteja mais explicitada nesta lei, pois na lei anterior os PP's eram tratados como meros instrumentos burocráticos.

Ao trabalharmos o termo **Projeto Pedagógico - PP**, lembramos que recentemente complementávamos a expressão com a palavra político, ou seja, **Projeto Político Pedagógico**, porém os termos citados não têm diferenciação naquilo que explicitam. São dois termos usados para designar o mesmo sentido de projetar, de lançar, de orientar, de dar direção a uma ideia, a um processo pedagógico intencional alicerçado nas reflexões e ações do presente. O PP tem a dupla dimensão de ser orientador e condutor do presente e do futuro. Para alguns autores, o qualificativo Político da composição do termo, já é assumido pelo adjetivo Pedagógico, uma vez que não há ação pedagógica que não seja política e que todo Projeto Pedagógico é voltado para uma ação transformadora.

O PPC é o elemento norteador de qualquer curso de graduação, ou seja, do fazer universitário, sejam nas ações de gestão ou práticas pedagógicas institucionais.

Os projetos pedagógicos devem ser concebidos através de planejamentos participativos, pois anteriormente a falta de participação coletiva dos professores na sua elaboração e a falta de clareza na compreensão da ideia de "projeto", favorecia sua implantação de forma burocrática e fragmentada. O PP deve originar no seio da coletividade docente, discente e administrativa dando uma identidade à instituição ou ao curso.

Essa elaboração exige uma reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de indivíduo que queremos formar e de mundo que queremos construir com nossa contribuição.

Esta construção vai responder a alguns questionamentos, como:

- a) Qual é a compreensão de homem e mundo que o PP trabalha?
- b) Qual a compreensão de sociedade?
- c) Qual a compreensão de educação?
- d) Qual a compreensão de universidade?
- e) Qual a compreensão de cidadão?
- f) Qual a concepção de profissional?
- g) Qual a concepção de conhecimento?
- h) Qual a concepção de currículo?
- i) Qual é a relação teoria e prática?

A construção do PP é pautada numa realidade complexa e sua estruturação emerge as características das inter-relações existentes na instituição, nos cursos e entre cursos, no sistema educacional superior e no meio social em que está inserido.

Pensar o PP de uma instituição e/ou de um curso é pensar a construção de sua identidade o que implica numa análise coletiva tanto da sua história (a que lhe deu as características que apresenta no momento) quanto das direções intencionais que serão assumidas em função das definições tomadas pelo PP.

O Projeto pedagógico deve ser uma construção coletiva desde o seu início, não resumindo-se apenas a discussão sobre Matriz Curricular, apesar de ter uma importância fundamental dentro do projeto ela não deve sobrepor em grau de importância a todas as outras discussões do projeto, caso contrário corremos o risco de torná-lo apenas um conjunto/emaranhado de informações sem importância para o curso, ou seja, um instrumento meramente burocrático.

Sabemos que o PP não é de fácil construção, pois temos que lidar com vaidades e interesses velados, porém a partir do momento que nos propomos a conceber um Projeto Pedagógico de curso devemos nos despir do individual e partir para uma busca de construção coletiva, onde os envolvidos no processo devem ter uma paciência pedagógica para ceder no momento certo, seja em diminuição de carga horária, seja em concepções filosóficas, seja em interesses pessoais, enfim, o interesse maior tem que estar voltado para a construção de um Projeto que realmente venha ao encontro dos interesses da sociedade, para que este venha a realmente dar frutos de desenvolvimento institucional e da sociedade.

3. O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

O Projeto Pedagógico Institucional é flexível e aberto, democrático porque é elaborado de forma participativa e resultado de consensos (VASCONCELLOS, 2000; VEIGA, 1995; VEIGA, 2001; DE ROSSI, 2003).

As diretrizes e políticas do PDI devem sustentar o PPI que por sua vez devem sustentar a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A construção deve ser configurada com um fazer articulado e participativo da comunidade universitária como equipe.

Pode-se dizer que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) deve traduzir a essência filosófica e política do conceito de ensino da IES. Deve objetivar a qualidade das atividades acadêmicas tanto para a formação técnica e como para a política visando um bom desenvolvimento para a cidadania como para a qualificação ao trabalho.

A construção dos currículos dos cursos de graduação da UFRA deverá partir da visão institucional, do perfil do profissional que pretende formar, da inserção regional e da necessidade da construção de um projeto pedagógico para o desenvolvimento dos currículos.

Este projeto, longe de ser apenas um documento burocrático, deverá expressar a identidade de cada curso, consolidando uma proposta de trabalho que preveja *o desejo ou necessidade de se alterar o presente, com vistas ao futuro, portanto planejar a ação presente, com vistas à transformação da realidade futura, considerando-se a possibilidade real de vir a existir* (SILVA, 2000).

O principal desafio desta mudança desejada é a superação do enfoque disciplinar para a concepção de currículos integrados através de uma matriz curricular composta por eixos temáticos, que agregarão duas ou mais disciplinas afins, ofertados semestralmente; por disciplinas eletivas; pelo estágio supervisionado obrigatório (ESO); pelo trabalho de conclusão de curso (TCC); e pelas atividades complementares. Esse modelo possibilitará uma abordagem do conhecimento em sua totalidade.

O ensino deverá estar centrado no aluno, como sujeito da aprendizagem e nos professores, como agentes facilitadores no processo de construção do conhecimento; as coordenações de cursos deverão desenvolver ações integradas e a organização estrutural da instituição deverá estar adequada, permitindo um fluxo contínuo entre o planejar, o executar e o avaliar e a visão administrativa centrada no pedagógico.

4. PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DOS PPC'S

O processo de desenvolvimento curricular será construído mediante a observação dos seguintes princípios, conforme descrito no PPI da UFRA, pág.09:

- ✓ **A interdisciplinaridade como princípio didático** – interpretação da realidade tendo em vista a multiplicidade de leituras, modelo internacional de conhecimento que consiste na observação dos fatos e fenômenos sob vários olhares;
- ✓ **A flexibilidade na estrutura curricular** – compreensão de que o curso é um percurso que deverá ser construído considerando os saberes e conteúdos da vivência e experiência do aluno na busca ativa pelo conhecimento;
- ✓ **A ética como tema transversal** – será considerada como eixo norteador do currículo, como eixo transversal, estimulando o eterno pensar, refletir, construir. É importante a problematização dos valores morais no contexto institucional para a adoção do conjunto de

princípio e padrões de conduta ética e superação de uma ética individualista e competitiva com vistas a construção de uma sociedade cada vez mais humana;

- ✓ **Compreensão da diversidade cultural e pluralidade dos indivíduos** - Aceitar a dimensão singular do homem e sua multiplicidade interior;
- ✓ **Sólida preparação do profissional** para o exercício da prática do trabalho, da cidadania e da vida cultural.
- ✓ **Compreensão da graduação como etapa inicial** no processo de formação continuada, a ser consolidado através do ensino, da pesquisa e da extensão.
- ✓ **Utilização da educação a distância e tecnologias comunicacionais e sociais** na ministração do ensino;
- ✓ **Igualdade de condições para acesso e permanência na instituição** – Políticas de cotas e pontuações diferenciadas auxiliam no ingresso de estudantes que teriam dificuldade de ingressar na universidade por meio da livre concorrência. Assim como, a oferta de uma política de assistência estudantil, beneficia a permanência de estudantes hipossuficientes com variadas modalidades de bolsas, além do acompanhamento psicossocial e pedagógico;
- ✓ **Respeito à liberdade e apreço à tolerância** – a universidade deve ser um espaço democrático de respeito à coexistência de vários grupos e escolhas individuais sejam eles de: etnias, de gênero, de credo religioso, de gênero, etc;
- ✓ - Assegurar ações que defendam a Dignidade e inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, assim como os direitos humanos; **INCLUÍDO**
- ✓ **Valorização do profissional de educação e das licenciaturas** – estimular a cultura do respeito aos profissionais da educação, como componentes facilitadores e peças fundamentais da formação na instituição, assim como valorização por meio de estratégias e ações que tragam benefícios reais aos profissionais da educação;
- ✓ **Gestão democrática do ensino** – Assegurar a existência de colegiados deliberativos, dos quais participarão os segmentos da comunidade acadêmica;
- ✓ **Capacitação Profissional e Avaliação Permanente** – a formação docente deve ser uma preocupação constante, com planejamento considerando os resultados de avaliação e solicitação dos docentes e pares, assim como um projeto de autoavaliação institucional num modelo de avaliação 360°.

5. FUNDAMENTOS LEGAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

O Projeto Pedagógico deverá ser construído em consonância com as seguintes orientações:

- a) Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- b) Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- c) Resolução n.º 01, de 17 de junho de 2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- d) Lei 10.436/2002, e o Decreto 5.626/2005, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- e) Resolução n.º 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- f) Resolução CNE/CES n.º 4, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;
- g) Resolução n.º 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- h) Resolução n.º 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- i) Resolução n.º 2, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- j) Parecer CNE/CES n.º 776/97; que orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
- k) Parecer CNE/CES n.º 67/2003, de 11 de março de 2003, referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação;
- l) Parecer CNE/CES n.º 8/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos á integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- m) Portaria MEC n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2011, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida

disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;

- n) Instrumentos de avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, publicados pelo INEP;
- o) Regimento Geral da UFRA e suas alterações;
- p) Estatuto da UFRA e suas alterações;
- q) Projeto Pedagógico Institucional da UFRA
- r) Planejamento Institucional da UFRA
- s) Resolução CONSEPE nº 243 de fevereiro de 2015 (Regulamento de Ensino da Ufra)
- t) Resolução CONSEPE nº. 265, de 29 de junho de 2015 (Regulamenta a atualização das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFRA e define os procedimentos de solicitação de aquisição das bibliografias junto a Superintendência de Bibliotecas.)
- u) Demais legislações pertinentes à educação superior e aos cursos de graduação e documentos institucionais.

Por tratar-se de leis, resoluções e portarias, estas são passíveis de alterações e revogações. Portanto, devem ser observados os documentos vigentes quando da construção ou alteração do PPC. Para ter acesso às Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de graduação basta acessar o portal do MEC, lá constarão as Orientações gerais para o curso e específicas por área:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>

Para ter acesso às Resoluções da UFRA visite a página de Conselhos Superiores da Ufra, selecione o Conselho e pesquise a Resolução desejada por ano.

Os instrumentos de avaliação dos Cursos de Graduação são atualizados periodicamente e estão disponíveis em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf

6. A IMPORTÂNCIA DO PPC NO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES (falta a propladi atualizar)

7. METODOLOGIA UTILIZADA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Para a elaboração dos Projetos Pedagógicos os coordenadores de curso utilizarão a metodologia na seguinte ordem:

- a) Sensibilização do Corpo Docente, discente e técnicos administrativos dos Cursos para o processo de mudança, através de palestras, seminários;

- b) Definição do grupo responsável pela elaboração dos Projetos Pedagógicos, esta escolha deverá partir do coordenador do curso, envolvendo todos os segmentos que compõe o curso, discentes, técnicos administrativos e docentes onde os mesmos devem:
- c) Conhecer a realidade institucional;
- d) Fazer um diagnóstico dessa realidade;
- e) Realizar estudos sobre a legislação e concepções de currículo;
- f) Realizar estudos das diretrizes curriculares – DCN's do curso;
- g) Fazer visitas de estudos a Instituições de Ensino Superior;
- h) Consultar os sites das IES que não foram visitadas e que desenvolvem ensino de graduação na área;
- i) Reuniões de estudos para a composição dos eixos curriculares de cada projeto (objetivo do curso, perfil do profissional, estrutura do currículo);
- j) Realização de seminários integrados e de seminários por cursos para a construção dos Projetos Pedagógicos;
- k) Apresentação da versão preliminar dos Projetos Pedagógicos à comunidade acadêmica e sociedade civil para análise e discussão, apresentando detalhamento do PP;
- l) Aprovação dos Projetos nas instâncias imediatas (Colegiado de curso e posteriormente à Pró-Reitoria de Ensino);
- m) Após retorno dos projetos devidamente aprovados constituírem processos para tramitar pelos Conselhos da UFRA com vistas à aprovação final (CONSEPE/CONSUN).

8. ESTRUTURA MÍNIMA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

8.1. Capa

8.2. Contracapa

8.2.1. Ficha anexa à contracapa, cujo objetivo é manter preservada a trajetória do projeto do curso resguardando sua história após suas modificações, formando um memorial a respeito do mesmo. Conforme modelo apresentado abaixo:

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ...		
SITUAÇÃO	LEGISLAÇÃO	REGISTRO*
Criação/Aprovação	Resolução CONSUN ou CONSEPE N° xxx de ___/___/____.	-
Reconhecimento	Parecer N° xxx de ___/___/____.	Livro xxx página tal – Data
Alteração n° xxx	Resolução CONSUN ou CONSEPE N° xxx de	Livro xxx página tal –

	__/__/____.	Data
Renovação de reconhecimento	Parecer N° xx de __/__/____.	Livro xx página tal – Data

*Registro em livro específico na PROEN

8.3. Sumário

8.4. Dados gerais da instituição

Modelo do quadro:

DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

Proponente	Universidade Federal Rural da Amazônia
Endereço	
Endereço Eletrônico	www.ufra.edu.br

8.5. Dados gerais do curso

Modelo do quadro:

DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do Curso	
Grau Acadêmico Conferido	
Endereço de Funcionamento	
Modalidade de Ensino	Presencial
Regime de Matrícula	Semestral
Carga Horária Total do Curso	
Número de Vagas	
Turno de funcionamento	
Forma de ingresso	
Período de Integralização	
Conceito Preliminar do Curso – CPC (quando houver)	

8.6. Apresentação

A apresentação deve conter uma introdução do que o leitor irá encontrar no PPC, contextualizando o curso no âmbito da Instituição, explicitando as bases legais e documentos institucionais que fundamentam o Projeto.

8.7. Histórico da instituição

Apresentar o histórico da instituição. No documento, Planejamento Institucional, PLAIN 2014-2014, podem ser encontradas informações detalhadas a respeito da história da Ufra.

8.8. Estratégia institucional

Registrar a Missão, visão, valores e princípios da instituição (essas informações também estão disponíveis no PLAIN 2014-2024).

8.9. Políticas de ensino (Graduação, Pós – Graduação), Pesquisa e Extensão

Descrever essas políticas destacando as formas de articulação entre as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao curso. Descrever o conjunto de conhecimentos/atividades desenvolvidas por meio do ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Essas políticas também estão disponíveis no PLAIN 2014-2024 da Ufra e no PPI. No entanto, ressaltamos a necessidade relacioná-las ao contexto do curso.

8.10. Contexto educacional

Este tópico terá informações que irão justificar a implantação ou continuidade do curso na instituição e no *Campus*. Apresentar dados quantitativos a respeito da oferta do curso proposto, nos contextos nacional, regional e local. O contexto regional refere-se ao estado e o local ao município e regiões vizinhas. População e principais atividades econômicas são dados relevantes para o contexto da proposta. Uma possível fonte para a obtenção destes dados é o Censo da Educação Superior, disponibilizado pelo INEP, site do IBGE e CNM (Confederação Nacional dos Municípios). Deve-se apresentar a necessidade da criação do curso e destacar as necessidades e demandas da região relacionadas ao curso, evidenciando seus aspectos econômicos, educacionais, sociais, a carência de profissionais na área, assim como a inserção dos egressos no mercado de trabalho, nos planos local, regional e nacional. Lembrando que, quanto mais fundamentado o projeto estiver sobre essas demandas, maior será a probabilidade de alcançar uma boa avaliação durante o processo de reconhecimento, isso porque que o INEP concede a melhor nota quando o PPC *contempla de maneira excelente, as demandas efetivas de natureza econômica e social, cultural, política e ambiental.*

Questões norteadoras para elaboração do texto referente ao Item *Contexto Educacional*:

- a) Quais as circunstâncias de proposição do Curso? Considerando o contexto educacional em que o curso está inserido.
- b) Quais as características da sociedade? Destacando a relação universidade-trabalho e universidade-sociedade, ressaltando importância, relevância social e acadêmica, bem como as políticas institucionais;
- c) Qual importância da oferta/existência do curso a partir da realidade nacional, regional e local?
- d) Qual o papel do curso no desenvolvimento sustentável da região e de acordo com demandas do setor relacionado ao mercado de trabalho?

8.11. Princípios norteadores do Projeto Pedagógico

Descrever a concepção de currículo, como será desenvolvida a contextualização, a interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular, quais os pilares onde estão alicerçados a concepção de ensino, alinhadas aos princípios da instituição (PLAIN).

8.12. Caracterização do curso (Objetivos do curso, Perfil Profissional do Egresso, Campo de atuação, Público-alvo e Caracterização do Ingresso do aluno)

Objetivos Gerais: Definem o propósito do curso, integrado com o contexto institucional, geográfico e social e de acordo com as DCN específicas para o curso/área.

Objetivos Específicos: Detalham as ações para atender o objetivo geral composto.

Perfil Profissional do Egresso: Descrição das competências e habilidades profissionais do egresso do curso, tendo em vista o campo de atuação profissional, e as diversas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, como também as necessárias para formar cidadãos que possam compreender e contribuir socialmente através de atuações críticas, integradoras e contextualizadas, considerando a DCN do curso.

Campo de atuação: Listar as áreas de atuação do futuro profissional

Público-alvo: identificar as características do público alvo.

Caracterização do Ingresso do aluno: identificar as formas de ingresso de alunos ao curso.

8.13. Estrutura curricular

O entendimento de que currículo é todo o conjunto de experiências de aprendizado que o estudante incorpora durante o processo participativo de desenvolver na universidade, sendo, portanto, **um programa de estudos coerentemente agregado**, fez com que fosse estabelecido uma estrutura curricular desenvolvida em ciclos sequenciais, onde possa ser ampliada a visão do estudante em função da aquisição de competências e habilidades, construídas através dos saberes teóricos/práticos/experienciais adquiridos.

O Currículo será organizado em **três ciclos de desenvolvimento** conforme mostrado abaixo:

CICLO	CONTEÚDOS	DESCRIÇÃO
I.Ciclo de Fundamentação (1° e 2° semestres)	Fundamentos dos Cursos para a construção de uma linguagem comum	Atividades que trabalhem a linguagem, criticidade, criatividade, habilidades formativas.
II.Ciclo de Desenvolvimento Profissional (3° ao 6° semestre)	Contato com os problemas reais para integrar aspectos teóricos e práticos da atividade profissional	Atividades de baixa e média complexidade explorando conteúdos básicos e profissionais do curso
III.Ciclo de Sedimentação Profissional (últimos semestres)	Onde o aluno irá completar o ciclo de graduação com a	Atividades que completem a formação profissional

	apresentação do TCC	
--	---------------------	--

Matriz Curricular: A definição da matriz curricular leva em consideração o perfil desejado para cada curso, observando a seleção de conteúdos apropriados, atualizados e relevantes, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas para se obter o referido perfil, e também as Diretrizes Curriculares Nacionais. Descrever a forma de organização curricular prevista, detalhando as fases do currículo e o desenho curricular do curso (Descrever como serão desenvolvidos os Eixos Temáticos). Descrever o regime didático do curso. Apresentar os componentes curriculares, com suas respectivas cargas horárias, organizadas em uma matriz curricular, de forma que se perceba o fluxo do currículo.

A matriz curricular deverá ser coerente com os objetivos do curso e com o perfil profissional do egresso. Nela, devem constar todos os componentes curriculares previstos nos pareceres e nas resoluções específicas que tratam sobre as diretrizes curriculares do curso.

A matriz curricular será composta por eixos temáticos, que agregarão duas ou mais disciplinas afins.

Ementário: Apresentar a ementa de todas as disciplinas obrigatórias e eletivas previstas.

Modelo do quadro do ementário:

SEMESTRE			
EIXOS TEMÁTICOS	DISCIPLINAS	CH TEORICA	CH PRÁTICA
TOTAL:			
CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE			

Conteúdo Programático: Será desenvolvido através da ementa pelas comissões de eixo temático, sendo apresentado às coordenações de curso através dos planos de ensino.

Bibliografia: De acordo com o Instrumento de Avaliação do SINAES/ indicador 3.6. Bibliografia básica e 3.7. Bibliografia complementar considerar:

Bibliografia básica: mínimo de 03 títulos por unidade curricular

Bibliografia complementar: mínimo de 05 títulos por unidade curricular

O acervo da bibliografia básica e complementar deve ser adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e atualizado, considerando a natureza da Unidade Curricular.

Atualização das bibliografias básicas e complementares dos PPCs dos cursos da UFRA e os programas das disciplinas dos cursos deverão ser atualizadas pelos docentes a cada **triênio** ou conforme necessidade de acordo com a **Resolução CONSEPE n.º. 265, de 29 de junho de 2015 Art. 5º, 6º e 7º** que instrui sobre a atualização das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFRA e define os procedimentos de solicitação de aquisição das bibliografias junto a Superintendência de Bibliotecas.

8.14. Metodologia

Neste item são caracterizadas as práticas pedagógicas utilizadas para tornar eficiente o processo de ensino-aprendizagem e que promova a acessibilidade pedagógica e atitudinal, conforme orientam os instrumentos de avaliação do MEC.

Descrever objetivamente como as atividades didáticas serão desenvolvidas no curso, valorizando metodologias inovadoras que não se restrinjam a aulas expositivas, e que, efetivamente, permitam o desenvolvimento das competências e habilidades delineadas para a formação bem como promovam a interdisciplinaridade, a articulação teórico-prática e a flexibilidade curricular.

Descrever sobre a metodologia de trabalho dos Eixos Temáticos, uma vez que esta é a proposta de ensino da Ufra.

O modelo tem como princípio didático fundamental a interdisciplinaridade, baseado em um Desenho curricular flexível e plural, onde o processo ensino-aprendizagem é centrado fundamentalmente no aluno. Constitui-se então a figura dos Eixos Temáticos, como norteador de conteúdos que possuem afinidade, elemento agregador de duas ou mais disciplinas onde acontece o trabalho interdisciplinar entre os professores envolvidos naquele Eixo Temático, ou inter-eixos, se possível, permitindo aos professores mostrar aos alunos as conexões entre os conteúdos aprendidos. Cada conteúdo é fruto de uma interconexão, formando um profissional que vê a relação não compartimentalizada dos conteúdos e sim uma relação sistêmica entre os mesmos, culminando todo o trabalho com uma avaliação interdisciplinar. O planejamento conjunto do eixo define como ele funcionará. Todos esses processos tentam seguir os princípios da interdisciplinaridade no sentido do diálogo, humildade e cooperação.

8.15. Atividades acadêmicas (Estágio Curricular Obrigatório – ESO, Atividades Acadêmicas Complementares, TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso e o Estágio Supervisionado não devem compor nenhum Eixo Temático, elas são **atividades com caráter disciplinar**, conforme definido no Regulamento de Ensino da Ufra.

É importante que cada curso tenha suas próprias diretrizes específicas para o ESO, TCC e Atividades Complementares, aprovadas pelo CONSEPE, compondo o seu PPC. Essas normas devem ser elaboradas em consonância com a Legislação vigente e Diretrizes do curso.

8.16. Apoio aos discentes

Descrição das ações e serviços voltados para o atendimento ao discente no que trata de seu desenvolvimento e do planejamento acadêmico, sua adaptação ao curso, assistência estudantil, ações inclusivas e de apoio psicopedagógico e demais programas institucionais. Descrever setores e profissionais disponíveis na instituição responsáveis pela realização de ações de apoio ao discente.

8.17. Programas (Tutoria, Monitoria...)

Descrever os programas e ações desenvolvidas/implementadas na instituição: Programa de Tutoria Acadêmica, Monitoria, Intercâmbio, PIBIC, etc.

8.18. Processo de avaliação do curso (avaliação do curso, avaliação de aprendizagem discente)

- ✓ Do Funcionamento do Curso
- ✓ Do desempenho docente
- ✓ Do desempenho discente (participação no desenvolvimento do PP)

8.19. Atuação do coordenador (colegiado do curso, papel do coordenador e NDE)

8.20. Infraestrutura

Descrição dos materiais e espaços físicos existentes, bem como dos que são necessários para os projetos de cursos novos: Salas de aula, Biblioteca, Laboratórios, Serviços (de apoio pedagógico aos docentes, de orientação acadêmica, de organização estudantil)

Apresentar o quadro de professores, definindo: Nome, formação acadêmica, titulação, regime de trabalho, vínculo com a instituição, carga horária necessária.

DEMONSTRATIVO – CORPO DOCENTE

1 ° Semestre

Docente	Titulação	Atividade curricular	Carga Horária Semestral	Turmas	Regime de Trabalho

2 ° Semestre

Docente	Titulação	Atividade curricular	Carga Horária Semestral	Turmas	Regime de Trabalho

8.21. Identificação (Dirigentes Ufra e comissão de elaboração do PPC)

8.22. Referências bibliográficas

8.23. Anexos

9. A PARTE COMUM DOS PPC's

Alguns itens dos PPC's devem ser comuns a todos os cursos, entre eles: histórico da universidade (observando ainda o histórico do *campus*), missão, valores e princípios. Estas informações estão disponíveis no PLAIN 2014-2024.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007*. Brasília, 2007.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CES Nº 1, 28 de janeiro de 2002*. Brasília, 2002.

_____. *Decreto 5.773 de 09/05/2006. Ato Regulatório de Autorização de Cursos Superiores*. Brasília, 2006.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CES Nº 1, 28 de janeiro de 2002*. Brasília, 2002.

_____. *Portaria normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008*. Brasília, 2008.

Projeto Pedagógico Institucional da Ufra – PPI/2005

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Coordenação do trabalho pedagógico: Do projeto Pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 5ª Ed. Libertad, São Paulo, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
Avenida Presidente Tancredo Neves, Nº 2501 - Terra Firme, Belém PA.

Minuta

Resolução nº xx de xx de xxxx de 2017

Estabelece os procedimentos para elaboração, Reestruturação Curricular e submissão de Projeto Pedagógico de Curso para análise técnica da Pró-Reitoria de Ensino e posterior submissão às demais instâncias da Ufra e dá outras providências.

O Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia, na qualidade de Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Estabelecer procedimentos para elaboração, Reestruturação Curricular e/ou submissão de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos Cursos Superiores de Graduação da Ufra, para análise técnica da Pró – Reitoria de Ensino e encaminhamento para aprovação pelas instâncias competentes, nos termos desta Resolução e das demais normas institucionais vigentes.

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art 1º A elaboração do Projeto Pedagógico de Curso constitui-se na sistematização da proposta que dá origem a um novo curso, a qual é a etapa subsequente à aprovação do projeto de criação do curso, pelo [Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão](#)- CONSEPE.

Art 2º A Reestruturação Curricular configura-se na alteração do Projeto Pedagógico de um curso já implantado, que implique em alteração das suas condições de oferta e desenvolvimento.

Parágrafo único. São possíveis atualizações nos PPCs tais como: atualização do quadro docente do curso e da infraestrutura do curso que não precisam ser aprovadas pelo CONSEPE, necessitando de aprovação no Colegiado do Curso.

Art. 3º É obrigatória a análise do Projeto Pedagógico de Curso pela Divisão de Apoio Pedagógico da Pró-Reitoria de Ensino e aprovação pelo CONSEPE.

TÍTULO I

DA ELABORAÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Art. 4º Após a aprovação do Projeto de Criação do Curso pelo Conselho Universitário, a Reitoria indicará a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso através de Portaria, conforme previsto no artigo 1º.

Art. 5º A comissão de elaboração do Projeto Pedagógico de Curso deve ser composta por, no mínimo, três (03) docentes da área do curso.

§ 1º Podem fazer parte desta comissão, como Conselheiros *Ad hoc*, docentes de outros *Campi* que atuem em cursos correlatos e profissionais externos e/ou outros representantes da comunidade externa, devidamente referidos em Portaria.

§ 2º A Portaria que institui a comissão de elaboração do PPC deve indicar um presidente entre os seus membros docentes do quadro efetivo da Ufra, que deve ser o responsável por coordenar os trabalhos de elaboração do PPC.

- a) Na Reestruturação Curricular o coordenador de curso em exercício assume o papel de Coordenador, articulado ao Núcleo Docente Estruturante do curso;

§ 3º Quando solicitados pela comissão, os servidores da área pedagógica (Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais) da Ufra poderão prestar assessoria pedagógica durante a elaboração do PPC.

Art. 6º A elaboração do PPC deve tomar como base a legislação educacional nacional, e Diretrizes Curriculares do MEC/CES/CNE relativos ao Ensino Superior, os documentos institucionais (Regulamento de Ensino, PPI, Regimento, Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional) e as orientações constantes no manual para elaboração e atualização de PPC, disponibilizado pela PROEN, assim como os Instrumentos de Avaliação do INEP, utilizados, no Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso.

§ 1º O PPC que não atender a esta Resolução, retornará imediatamente à Comissão elaboradora/NDE;

§ 2º O PPC deve ser submetido à revisão de normas da Língua Portuguesa e de formatação antes de sua submissão à PROEN.

TÍTULO II

DA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO EM ANDAMENTO E DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR Capítulo I

DA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

Art. 7º A Reestruturação Curricular de Projeto Pedagógico de Curso pode ser motivado em decorrência de processos de avaliação externa do curso, da autoavaliação institucional e/ou da autoavaliação do curso (desenvolvido pelo NDE em conjunto com a Coordenação do Curso) , ou da necessidade de adequação em virtude de novas legislações aprovadas em âmbito institucional e/ou nacional.

§ 1º - O encaminhamento da solicitação de Reestruturação Curricular de Projeto Pedagógico de Curso deve observar os prazos previstos nesta Resolução bem como demais normas institucionais vigentes.

§ 2º - As Reestruturações Curriculares solicitadas antes da primeira avaliação de reconhecimento do curso somente serão autorizadas pela PROEN quando o PPC estiver em desacordo com alguma legislação vigente ou com outras normas estabelecidas pelo MEC ou pela instituição.

Art. 8º Configura-se Reestruturação Curricular a modificação na organização curricular do curso que implique em alteração:

- I- do tempo de duração do curso;
- II- da modalidade de oferta;
- III- dos requisitos e forma de acesso;
- IV- de componente curricular obrigatório, inclusive estágio, trabalho de conclusão de curso, prática profissional integrada ou prática como componente curricular e atividades complementares;
- V- de alteração de nomenclatura, carga horária, ementa, acréscimo ou supressão de componente curricular;
- VI- dos Eixos Temáticos;
- VII- mudanças de pré-requisitos em eixos temáticos/disciplinas;
- VIII- do perfil do egresso e objetivos do curso.

Art. 9º Configuram-se como atualizações no PPC, diferentes das citadas no artigo 8º, somente aquelas previstas no parágrafo único do art. 2º desta Resolução, as quais podem ser realizadas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante – NDE, juntamente com a Coordenadoria do Curso, e devidamente aprovadas pelo Colegiado do Curso, imediatamente informadas à PROEN mediante documento oficial com o registro da reunião e justificativa, devendo ser publicizadas à comunidade acadêmica.

Art. 10. As Reestruturações Curriculares e/ou as atualizações nos PPCs, conforme previsto nos artigos 8º e 9º, devem observar rigorosamente as normas institucionais e legislação vigente que se referem as reestruturações/atualizações propostas.

Art. 11. Para pedido de Reestruturação Curricular o PPC deve seguir os critérios estabelecidos nesta Resolução e o Plano de Adaptação Curricular (ANEXO II), quando necessário, não sendo analisado os

Projetos Pedagógicos de Cursos que seguirem organização diferente desta.

Capítulo II

DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Art. 12. Considera-se Adaptação Curricular o período temporal entre a implantação de uma nova matriz curricular e a extinção da matriz curricular do PPC vigente, considerando-se a mudança de PPC vigente a época da 1ª matrícula dos discentes.

Art. 13. A Migração Curricular consiste na mudança do estudante da matriz curricular em extinção para a matriz curricular nova durante o período de Adaptação Curricular, não podendo ser revertida.

Art. 14. A Adaptação curricular pode resultar nas seguintes situações:

- I- migração do estudante para a nova matriz curricular;
- II- permanência do estudante na matriz curricular em extinção (estudantes matriculados no penúltimo ou no último semestre de cursos já reconhecidos pelo MEC).

Parágrafo único: A migração do estudante à nova matriz curricular dar-se-á de forma compulsória, com exceção dos estudantes matriculados nos dois últimos semestres de cursos já reconhecidos pelo MEC.

Art. 15. A Coordenação do Curso deve elaborar Plano de Adaptação Curricular, com apreciação do NDE e Colegiado do Curso, o qual deverá ser submetido à análise da PROEN junto com o pedido de Reestruturação Curricular.

Parágrafo único. Após a aprovação do Plano de Adaptação Curricular, o mesmo deverá ser disponibilizado aos estudantes por meio de publicação em site institucional, ou outro meio de comunicação equivalente.

Art. 16. O plano de Adaptação Curricular deve conter as seguintes informações, quanto ao processo de Adaptação curricular:

- I - prazo para extinção da matriz curricular antiga;
- II - data de implantação da nova matriz curricular;
- III - formas de migração da matriz curricular em extinção;
- IV Plano para execução da matriz nova e da matriz em extinção (estudantes do penúltimo e último período de curso);
- V - Turmas especiais para ofertar disciplinas obrigatórias;
- VI - tabela de equivalência de componentes curriculares;
- VII - outras informações que se façam necessárias.

§ 1º O prazo para extinção da matriz curricular antiga que continuar com estudantes vinculados (somente os estudantes pertencentes aos dois últimos semestres do curso), deve obedecer ao critério de oferta regular dos semestres posteriores ao que os estudantes se encontram, sendo a matriz curricular replicada mais uma única vez, exceto as disciplinas que tenham equivalência na nova matriz curricular, de acordo com o período regular de oferta dos semestres do curso.

§ 2º A tabela de equivalência de componentes curriculares indica quais componentes da nova matriz curricular correspondem aos da matriz curricular em extinção, conforme análise realizada pelo NDE e disponibilizadas no PPC/ Plano de Adaptação Curricular pelo coordenador do curso.

Art. 17. O coordenador solicitará publicação de Portaria Declaratória, das mudanças aprovadas no PPC e disponibilizará listagem para assinatura de todos os estudantes do curso/por turma.

§ 1º Da mesma forma procederá com o Plano de Adaptação Curricular, com ampla divulgação dos termos.

Art. 18. Em caráter excepcional, disciplinas em extinção podem ser oferecidas em turma especial, desde que exista demanda para sua realização e capacidade de oferta pela instituição.

TÍTULO III

PROCEDIMENTOS PARA ENCAMINHAMENTO DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO OU REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Art. 19. O Projeto Pedagógico de Curso deverá ser encaminhado à PROEN por meio de processo administrativo enviado via Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, contendo:

I - Memorando de encaminhamento do Processo assinado pelo Diretor do Campus (em caso de Campus fora de sede) ou pelo presidente da comissão de elaboração do PPC (em caso de PPC do Campus Belém), tendo como motivação do processo o pedido de análise e aprovação do Projeto Pedagógico do Curso no CONSEPE;

II – Cópia da Portaria designando o grupo de elaboração do Projeto Pedagógico de Curso;

III - Projeto Pedagógico do Curso em formato .doc;

Parágrafo Único: Os PPCs dos Campi do interior, somente poderão ser enviados à PROEN após revisão dos (as) pedagogos (as), com termo de revisão assinado e aprovado sem ressalvas pelos mesmos, anexado ao processo.

Art. 20. O pedido de análise e aprovação de Reestruturação Curricular de Projeto Pedagógico de Curso deverá ser encaminhado à PROEN por meio de processo administrativo enviado via Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, contendo:

I - Memorando de encaminhamento do Processo assinado pelo Diretor do Campus (em caso de PPC de Campus do interior) ou pelo Coordenador do Curso (em caso de PPC do Campus Belém), tendo como motivação do processo o pedido de análise e aprovação de Reestruturação Curricular do Projeto Pedagógico do Curso;

II - Justificativa para o Reestruturação Curricular do Projeto Pedagógico e indicação das alterações propostas, elaborada pelo Coordenador de curso, subsidiadas pelo Núcleo Docente Estruturante -NDE e anuência do Colegiado do curso;

III - Ata da(s) reunião(ões) do NDE e Colegiado que trata(m) da discussão e aprovação do Reestruturação Curricular;

IV - Projeto Pedagógico do Curso com os ajustes curriculares aprovados pelo NDE e Colegiado de Curso;

V - Plano de Adaptação Curricular das turmas para o novo PPC, de acordo com o Art. 16, prevendo como a Coordenação do Curso e NDE pretendem atender aos dois PPCs em andamento.

Parágrafo Único: Os pedidos de análise e aprovação de Reestruturação Curricular de PPC dos Campi do interior, somente poderão ser enviados à PROEN após revisão dos pedagogos (as), com termo de revisão assinado e aprovado sem ressalvas pelos mesmos, anexado ao processo.

Art. 21. O Processo de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, deve iniciar imediatamente após a aprovação do curso no CONSEPE e os pedidos de análise e aprovação do PPC deve ser protocolado com, no máximo, 120 dias da data de início do período letivo em que o curso será implantado.

Parágrafo único. Os casos que justifiquem possíveis exceções devem ser analisados pela PROEN.

Art. 22. O Processo de análise e aprovação do pedido de Reestruturação Curricular do Projeto Pedagógico do Curso, conforme descrito no Art. 21, deve ser protocolado à PROEN, no máximo, 180 dias antes do início de cada semestre letivo.

Art. 23. A Divisão de Apoio Pedagógico da PROEN é responsável por analisar e elaborar parecer referente ao Projeto Pedagógico de Curso novo ou a ajustes curriculares no PPC, solicitando adequações, quando necessário.

§ 1º No caso de necessidade de adequações, o processo deve ser devolvido ao campus, coordenação ou comissão para a revisão e alterações necessárias. Retornando à PROEN em até 20 dias úteis, prorrogáveis por mais 20, com todas as alterações sugeridas.

§ 2º Somente a versão do PPC enviada através de processo administrativo (versão doc) deve ser considerada para avaliação, não sendo analisadas outras versões enviadas através de procedimentos diferentes destes ou antes de concluído o trâmite de análise da primeira versão.

§ 3º Serão enviados por parte da DAP, quantos pareceres forem necessários para chegar a versão Final do PPC, estes Pareceres serão enviados diretamente aos Pedagogos dos *Campi* (para acompanhamento das alterações) e estes às Comissões/Coordenações de curso e NDE. No caso do *Campus* Belém, serão enviados diretamente às Comissões/Coordenações de curso e NDE.

Art. 24. Após a revisão do PPC pela Comissão, NDE ou Colegiado, seguindo o parecer encaminhado pela DAPE da PROEN, este deve ser reencaminhado na forma digital anexado junto ao processo de origem.

§ 1º Acatadas as sugestões, estas devem ser destacadas com itálico/sublinhado no PPC, para facilitar a identificação. Na mesma dinâmica de encaminhamento já definidas nos Artigos 20 a 24, junto ao processo de origem do PPC;

§ 2º Atendidas todas as alterações solicitadas, a Divisão de Apoio Pedagógico deve encaminhar o parecer final, junto ao processo de origem, submetendo-o à PROEN para encaminhamento às demais instâncias para aprovação.

Art. 25. O Projeto Pedagógico de Curso novo ou com Reestruturação Curricular somente deve entrar em vigência após emissão de Ato de aprovação pelo CONSEPE, e implementado no próximo semestre letivo, obedecidos os prazos do Art. 20.

Parágrafo único: Resguardados os casos especiais de mudança de Legislação advindas dos Órgãos Superiores.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Todos os trâmites dos processos de que tratam os artigos 20 a 25 devem ser registrados e encaminhados através do sistema de protocolo existente na instituição.

Art. 27. O prazo para a emissão do primeiro parecer da DAPE/PROEN será de 20 dias úteis da chegada do processo na unidade, prorrogável por igual período quando houver outros PPCs de datas anteriores em análise;

Art. 28. Os atos de autorização decorrentes de aprovação de PPC e de Reestruturação Curricular de PPC pelo CONSEPE devem mencionar o número do processo que originou o ato correspondente.

Art. 29. Os processos administrativos correspondentes à aprovação de PPC e aprovação de Reestruturação Curricular, que resultaram em aprovação ou não de ato autorizativo pelo CONSEPE, devem ser arquivados no local de origem do processo permanecendo uma cópia deste no arquivo digital da PROEN.

Art. 30. A Coordenação do Curso é responsável por comunicar ao campus interessado, ao NDE e ao Colegiado do Curso, quanto ao resultado da apreciação do processo pelo CONSEPE, bem como tornar público no site institucional cópia digital do projeto (página da PROEN e da Coordenação do Curso), também encaminhará cópia do Projeto Pedagógico do Curso, aprovado ou alterado, para a Divisão de Controle Acadêmico da PROEN para realização de cadastro no SIGAA e para (o)a Procurador(a) Educacional Institucional, para fins de cadastro ou atualização nos sistemas de credenciamento e reconhecimento.

Art. 31. Os casos omissos devem ser analisados e deliberados pela Pró-Reitoria de Ensino da Ufra, ouvidas as demais instâncias responsáveis.

Art. 32 Estas deliberações comporão o PPI da Ufra, assim que este for revisado oportunamente;

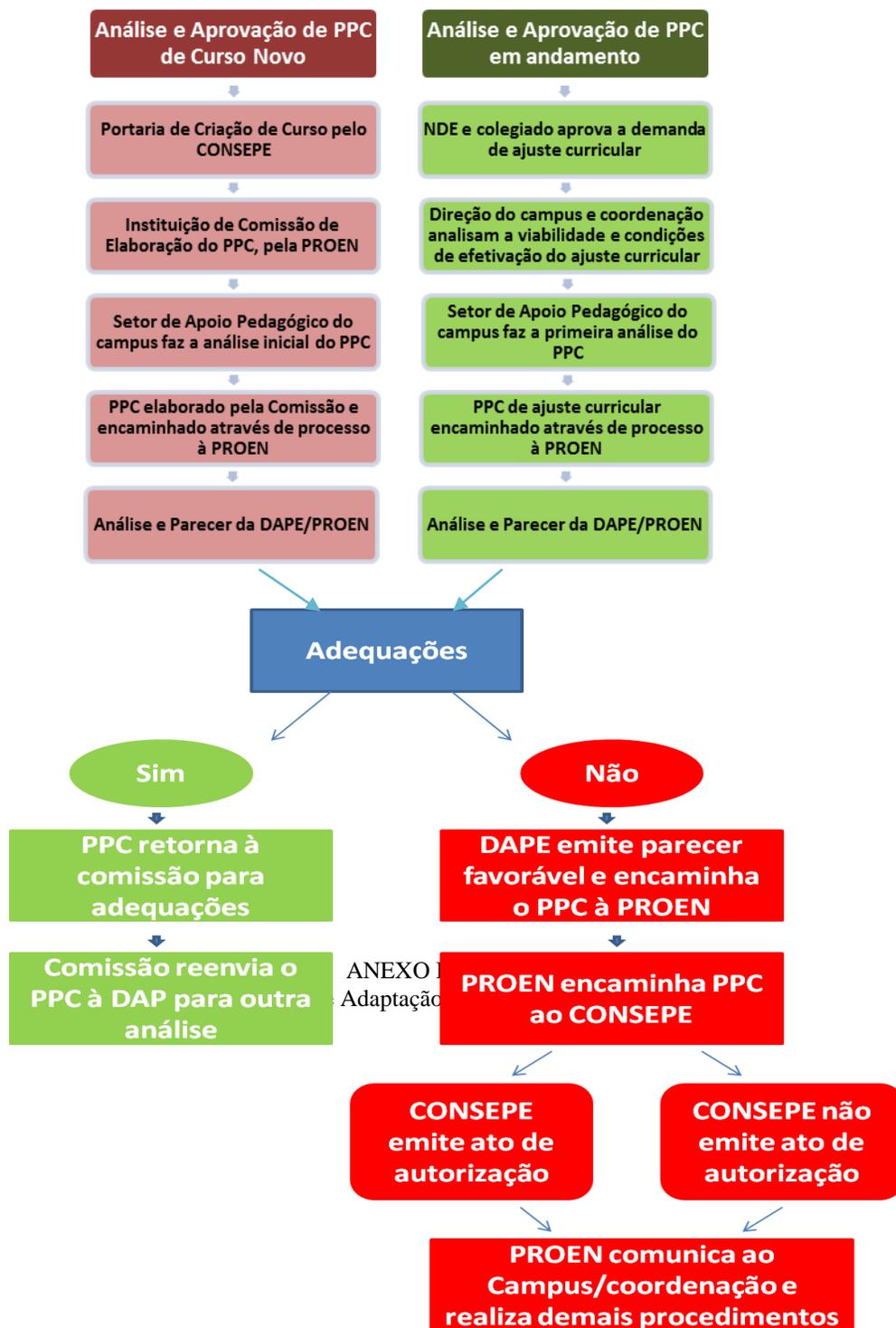
Art. 33. Esta Resolução exclui o Capítulo XIV (Art. 120 e Parágrafo único do Regulamento de Ensino da Ufra);

Art. 34 Os PPC's da Ufra deverão seguir o Manual de Elaboração de Projetos Pedagógicos De Cursos da PROEN (anexo V).

Art. 35 Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO I

Fluxo de encaminhamento de Processo de Aprovação de Projeto Pedagógico de Curso e de Aprovação de Reestruturação Curricular de Projeto Pedagógico de Curso em andamento



PLANO DE IMPLANTAÇÃO E EXTINÇÃO DE CURRÍCULOS			
CURRÍCULO NOVO (em fase de implantação)		CURRÍCULO ANTERIOR (em fase de extinção)	
SEMESTRE	PERÍODO EM QUE SERÁ IMPLANTADO	SEMESTRE	ULTIMO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO
I	2017/1	I	-
II	2017/2	II	-
III	2018/1	III	2017/1
IV	2018/2	IV	2017/2
V	2019/1	V	2018/1
VI	2019/2	VI	2018/2
VII	2020/1	VII	
VIII	2020/2	VIII	
IX	2021/1	IX	
X	2021/2	X	

ANEXO III
Quadro de disciplinas equivalentes

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS				
DISCIPLINAS DO NOVO CURRÍCULO			DISCIPLINAS EQUIVALENTES DO CURRÍCULO ANTERIOR	
SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINA	CÓDIGO	DISCIPLINA
I				
II				
III				

IV				

ANEXO IV
Modelo para Termo de Migração Curricular

TERMO DE CONCORDÂNCIA PARA MIGRAÇÃO CURRICULAR

Eu,(nome do aluno), RG n°,
 CPF n°, acadêmico do semestre/ano do Curso (nome do
 curso em negrito), da Ufra, Campus....., aprovado pela Resolução n°...../20.., do
 CONSEPE, estou ciente e concordo com a migração da Matriz Curricular (ano do PPC
 anterior) para a Matriz Curricular (ano do PPC atual). Estou ciente de que essa Migração Curricular é
irreversível.

Local,de de 20..

(nome do aluno)
(nome do curso)

ANEXO V
Orientações para elaboração de Projeto Pedagógico de Curso da Ufra